



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO
ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA**

SHEILA DE FÁTIMA MANGOLI

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
AGOSTO - 2004

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA

SHEILA DE FÁTIMA MANGOLI

Pedagoga
Universidade Federal de Viçosa, 2001.

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Agrárias - área de concentração em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Warli Anjos de Souza

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CRUZ DAS ALMAS - BAHIA – 2004**

Ficha Catalográfica - Elaborada por: Gerusa Maria Teles de Oliveira
Bibliotecária CRB5/867

Mangoli, Sheila de Fátima.

M277i Investimento em educação e crescimento econômico do estado da
Bahia/ Sheila de Fátima Mangoli.- Cruz das Almas: UFBa., 2004.
54f. il.:

Dissertação (Mestrado - Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal da Bahia.
Cruz das Almas, 2004.

Orientador: Warli Anjos de Souza

1. Educação - Crescimento econômico 2. Capital humano -
Investimento 3. Impacto financeiro 4. Município rural -
Desenvolvimento I. Universidade Federal da Bahia II. Sheila de Fátima
Mangoli III. Título.

CDU: 37.013:338.1(813.8)

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Warli Anjos de Souza
Escola de Agronomia - UFBA
(Orientador)

Prof. Dr. Carlos Augusto Pereira Filho
Escola de Agronomia - UFBA

Prof. Dr. Clóvis Oliveira de Almeida
EMBRAPA – Mandioca e Fruticultura

Dissertação homologada pelo Colegiado de Curso de Mestrado em Ciências
Agrárias em.....
Conferindo o Grau de Mestre em Ciências Agrárias em

Dedico com carinho a minha mãe Luzia, a meu pai Alicio e meus irmãos Ulisses e Diego, que mesmo distante sempre foram minha reserva de energia quando eu pensava que não tinha mais forças para continuar.

Meus agradecimentos a Deus, acima de tudo, pela luz.

Ao meu orientador professor Warli Anjos de Souza, a quem devo grande parte de meus conhecimentos em economia, pela orientação.

A Edelvino Góes, do IBGE; e Aialdo Melo, da Coelba; pela cooperação na compilação dos dados. Ao professor Robert E. Verhine, da UFBA, pelo instrumental teórico que viabilizou a elaboração do projeto. A Jair Wyzykowski pela boa vontade de conferir meus resultados.

A Reinalda Oliveira, de forma especial, pelo companheirismo nos momentos de angústia, pelo suporte matemático, pela paciência e pela amizade desenvolvida neste mestrado e que tenho certeza será para sempre.

A João Henrique Rocha, pelo incentivo, pelas críticas e sugestões e por todo carinho e paciência com que me acompanhou nesta fase de amadurecimento profissional e acadêmico.

A Diene e Luciano, Ester e Domingos, Lúcia, Benilce, e Anna Maria por me acolheram em suas famílias afetuosamente enquanto elaborava a dissertação.

A equipe da Diretoria de Orçamento Público da Seplan, especialmente Ana, Moisés e Ariane, pela receptividade e por me possibilitarem “roubar” a atenção de seu diretor, professor César, por alguns dias.

De forma especial ao professor César Barbosa, da UEFS, pela atenção, paciência, dedicação, disposição em fazer e refazer, “torturando” os dados até encontrarmos a “verdade”, e interesse por meu trabalho.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO.....	01
Capítulo 1	
INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: o caso da Bahia.....	10
Capítulo 2	
IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
ANEXOS.....	55

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA

Autor: Sheila de Fátima Mangoli

Orientador: Warli Anjos de Souza

RESUMO:

Diversos estudos voltados para a área temática do capital humano vêm argumentando que a educação contribui tanto para aumentar os índices de produtividade do trabalho quanto para promover o crescimento econômico. O presente trabalho procura analisar a relação entre educação e desenvolvimento através do crescimento econômico. O primeiro artigo investiga o efeito da educação no crescimento econômico dos municípios rurais da Bahia no período de 1991 a 2000. Uma função de produção, tendo como variáveis explicativas capital físico, capital humano e trabalho, foi utilizada no modelo. Os resultados mostram que a educação tem papel importante no crescimento. No segundo artigo a educação foi dividida por nível (fundamental, médio e superior) para determinar qual tem maior influência sobre o crescimento econômico. Os resultados indicam que o ensino fundamental tem o impacto mais significativo sobre o crescimento, sendo o ensino superior o menos expressivo, dadas as características dos municípios da amostra.

INVESTMENTS IN EDUCATION AND ECONOMIC GROWTH OF BAHIA STATE

Author: Sheila de Fátima Mangoli

Adviser: Warli Anjos de Souza

ABSTRACT:

Studies in human capital have shown that education contributes to the economic growth and worker's productivity. This work analyses the relationship between education and development through the prom of economic growth. The first paper investigated the effect of education on economic growth in rural municipalities of Bahia of 1991 and 2000. The analyse model takes into account the following variables in explaining the level of production: physical capital, human capital and labor. Findings show that education have an important hole in growth. The second paper evaluated the effect of primary, secondary and tertiary schooling on the economic growth of these municipalities. The results indicate that the primary schooling has a much stronger impact on growth, tertiary schooling less expressive, due to characteristics of sample.

INTRODUÇÃO

Diversos estudos voltados para a área temática do capital humano vêm argumentando que a educação contribui tanto para aumentar os índices de produtividade do trabalho quanto para promover o crescimento econômico, sendo considerada, portanto, instrumento para se alcançar o desenvolvimento.

Em linhas gerais, Vasconcelos e Troster (1998) delineiam as características das estratégias de desenvolvimento para as décadas de 1970 e 1980, afirmando que no primeiro período a estratégia consistia na substituição de importações, ou seja, estímulo ao comércio interno devido à paralisia do comércio internacional após as duas guerras mundiais. No segundo período, a estratégia voltou-se a um processo inverso, de estímulo ao comércio internacional, através de incentivos às exportações e aumento da eficiência produtiva. Ao final desta década a educação torna-se o foco.

Na década de 1990 constava no Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano (citado por CABUGUEIRA, 2002) que as qualificações humanas constituíam o aspecto mais relevante das economias modernas, onde a ênfase nos serviços desloca a vantagem comparativa entre países dos recursos naturais para os humanos.

A educação, então, passou a ser considerada estratégica para o desenvolvimento. Segundo Demo (1993) particularmente a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) defendeu a educação e o conhecimento como eixo da transformação produtiva com equidade, ou seja, a educação passou a ser vista como cerne da competitividade econômica, sendo entendido que o desenvolvimento baseia-se nas colunas-mestras, cidadania e competitividade.

Dada a amplitude conceitual do desenvolvimento, torna-se imprescindível diferenciar os aspectos relacionados a este, que reúne variáveis

sócio-econômicas, vis-à-vis ao crescimento econômico, o último associado à elevação contínua da renda *per capita* ao longo do tempo.

O desenvolvimento não se reduz ao crescimento econômico, embora este seja integrante indispensável daquele, constitui-se o meio para atingir as necessidades básicas, a qualidade de vida, a equalização de oportunidades, os direitos à cidadania, enfim, o desenvolvimento sócio-econômico ou, como definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolvimento humano (DEMO, 1993). Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realiza estudos referentes ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) composto por longevidade, educação e renda *per capita*, evidenciando a amplitude da análise do desenvolvimento.

Constata-se que é recorrente a afirmativa de que a elevação do nível de vida de determinada população depende da elevação de seu nível de renda. Contudo, vale ressaltar que ainda que a renda *per capita* seja um indicador amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento, torna-se pouco eficiente se não for associado, preponderantemente, à distribuição de renda, uma vez que a renda *per capita* é um valor médio.

Sendo assim, embora a análise do desenvolvimento de forma abrangente considere os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, observa-se que a análise da renda *per capita*, concomitante à distribuição de renda, permite inferir o comportamento de outros indicadores do nível de vida, tais como saúde, alimentação, lazer, moradia e transporte (CLEMENTE, 2000).

Desta forma, o presente trabalho procura analisar a relação entre educação e crescimento econômico para o conjunto de municípios rurais da Bahia nos anos de 1991 e 2000. Neste sentido, diversos autores têm recorrido a função de produção do tipo Cobb-Douglas como instrumento de mensuração do crescimento do produto.

Tradicionalmente, o crescimento é atribuído a variação da quantidade ou qualidade de dois insumos básicos: capital e trabalho. São consideradas fontes de crescimento o aumento da força de trabalho, devido a crescimento demográfico ou imigração; o aumento do estoque de capital ou da capacidade produtiva; melhoria na qualidade da mão-de-obra por educação, treinamento ou especialização; e avanços tecnológicos.

Entre os fatores considerados estratégicos para o desenvolvimento destaca-se o investimento em capital humano. Schultz (1973), expoente da teoria do capital humano, considera investimentos desta natureza aqueles efetivamente realizados com a finalidade de gerar ou aprimorar a capacidade do indivíduo de forma a possibilitar maior eficiência na execução do trabalho produtivo.

O investimento no capital humano geralmente é representado pelas variáveis educacionais. Na verdade, é amplamente aceito que o principal mecanismo institucional para o desenvolvimento de habilidades e conhecimento é o sistema formal de educação.

A literatura atual tem enfatizado a importância do capital humano para explicar o crescimento econômico. Plank (2001) identifica que nas últimas décadas, a economia mundial vem crescendo de modo mais integrado e tecnologicamente sofisticado, constituindo um dos principais critérios do sucesso das economias nacionais numa força de trabalho suficientemente educada e treinada para competir em mercados globais.

Os efeitos da globalização tornam os mercados de trabalho cada vez mais competitivos colocando a educação no centro da agenda de desenvolvimento tanto como pré-requisito do crescimento econômico, quanto como fator essencial para a melhoria da distribuição de renda e diminuição da pobreza.

No Brasil, sob a influência do reconhecimento desta situação, a partir de 1990, a educação da população passou a ser enfatizada pelo governo e por todos os segmentos da sociedade, dado o baixo perfil de escolaridade da força de trabalho ser considerado uma das maiores fragilidades do país. Segundo a análise de Carvalho e Verhine (1999) existe atualmente um amplo reconhecimento de que o quadro educacional brasileiro é insatisfatório e que se contrapõe às exigências atuais do desenvolvimento sócio-econômico.

Ainda que significativos, os avanços registrados nas últimas décadas, como a redução da taxa de analfabetismo, o aumento das matrículas em todos os níveis e o crescimento da escolaridade média da população, não chegaram a reverter o atraso educacional do país nem a baixa qualidade do seu sistema de ensino. Com a revalorização do papel da educação no desenvolvimento econômico

e social das nações, incrementada na década de noventa, esse atraso passou a ser considerado como um obstáculo não apenas à retomada do desenvolvimento como à própria democratização (CARVALHO E VERHINE, 1: 1999).

Em passado recente era privilegiado o uso do trabalho pouco qualificado na atividade produtiva, devido a seu baixo custo. Mas as mudanças no mercado de trabalho, o impacto das mudanças tecnológicas e o aumento da abertura ao mercado global, implicam a mudança desse perfil da força de trabalho brasileira.

A baixa escolaridade média dos trabalhadores brasileiros, de apenas cinco anos no início da década de noventa¹, começou a ser indicada, ao lado dos altos impostos, como um dos dois principais fatores que diminuem a competitividade do país. A garantia da educação básica e a melhoria do sistema educacional, por isso, passaram a ser compreendidas e defendidas como prioridades.

Trata-se de um fato difundido por diversos autores e organizações internacionais que a educação passa a ser considerada um fator de competitividade tão importante quanto o tecnológico. Neste sentido, a partir da segunda metade da década de noventa, o governo federal, sob influência de pressões internas e externas, priorizou os investimentos em educação, especificamente no ensino fundamental, fato confirmado pela criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), estratégia clara de expansão e regularização do fluxo de recursos para o financiamento do ensino fundamental.

Desta forma, a problemática da pesquisa consiste no estudo da relação entre educação e crescimento econômico na Bahia, que por sua vez desdobra-se na análise do ensino fundamental como determinante deste crescimento. Não existem pesquisas deste gênero para a Bahia, diferencial deste trabalho. Assim, a necessidade de estudos que sejam desenvolvidos com o propósito de serem suficientemente capazes de fundamentar a formulação de diretrizes e políticas públicas voltadas para a educação justifica a realização desta dissertação.

¹ Alcançando no final da década apenas seis anos e meio em média.

Atualmente o sistema educacional brasileiro, conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, compõe-se pela educação básica, iniciada com a educação infantil, para crianças com até seis anos de idade, e, além dos oito anos do ensino fundamental, obrigatório, estende-se o ensino médio, compreendendo três anos de estudo, para o qual se prevê progressiva obrigatoriedade e gratuidade; e o ensino superior.

Existe uma ampla discussão, de âmbito internacional, sobre a importância da expansão do ensino superior. Referendando esta análise, dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2001) reforçam a idéia de que a educação é um dos fatores determinantes do desenvolvimento, afirmando a distância entre o Brasil e outros países, quanto ao número de formados e matriculados no ensino superior.

A cobertura do ensino superior é significativamente mais baixa que a de outros países comparáveis em tamanho e dinamismo econômico. Durante os anos noventa manteve-se uma participação de 12% da coorte² em idade universitária, enquanto a norma atual está acima de 30% de acordo com os padrões dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Comparando-o aos seus vizinhos da América Latina, Plank (2001) analisa que países como Argentina e México, com o PIB *per capita* similar ao do Brasil no início da década de 1990, alcançaram padrões de matrícula e qualidade de ensino superiores aos prevalentes no Brasil.

Ainda em relação ao relatório do Banco Mundial (WORLD BANK, 2001), são enfatizados os dados característicos do que se convencionou chamar de ciclo vicioso renda-educação, ou seja, a população com maior nível de renda tem maior acesso ao ensino superior, e este proporciona os níveis mais altos de renda. Números de 1998, provenientes do questionário sócio-econômico do Exame Nacional de Cursos, apontam que somente 5% dos graduados vêm do estrato de renda mais baixo da população que recebe no máximo três salários mínimos e representa 39,5% da população brasileira. Em contrapartida, 36,2%

² Conjunto de pessoas que têm em comum um atributo relativo a um dado período de tempo. Ex.: A coorte que ingressou na primeira série do Ensino Fundamental em 2000.

dos graduados vêm do estrato de renda mais alto da população, que recebe mais de vinte salários mínimos e representa somente 8,6% da população total.

Porém, são considerados fatores explicativos da necessidade de expansão do ensino superior o crescimento econômico e a competitividade a longo prazo, em termos da qualidade da força de trabalho. Entretanto, alguns autores, tais como Self e Grabowski (2004), argumentam que a elevação das matrículas no ensino superior tem maior impacto sobre o crescimento quando a população, em geral, tem assegurado o acesso ao ensino fundamental.

Neste trabalho admite-se, como teoria inicial, que investir em educação promove o crescimento econômico e o desenvolvimento sócio-econômico, visto que diversos estudos apontam que a educação explica grande parte do crescimento do produto agregado, além de produzir efeitos privados e externalidades. Do ponto de vista privado, anos adicionais de educação tendem a elevar a renda, devido o aumento na produtividade do trabalho; e aumentar a expectativa de vida, devido à eficiência com que os recursos são utilizados (BARROS e MENDONÇA, 1997).

Além do pressuposto de que a educação é um dos fatores, se não o primordial, responsável pelo crescimento econômico, assume-se que em países em desenvolvimento, como o Brasil, universalizar o ensino fundamental tem maior impacto sobre o crescimento econômico que a expansão das matrículas no ensino superior.

O presente trabalho estrutura-se em dois capítulos. Em seu primeiro capítulo discute-se a relação entre a educação e o crescimento econômico agregado dos municípios baianos. Para tanto é utilizada uma função de produção do tipo Cobb-Douglas onde o produto está em função do estoque de capital, número de pessoas na força de trabalho e capital humano. Conforme estudos, tais como Lin (2003) e McMahon (1998), a educação tem positivo e significativo efeito sobre o crescimento econômico.

Tomando por referência tais estudos o primeiro capítulo tem por objetivo verificar a relação entre educação e crescimento econômico nos municípios rurais da Bahia entre 1991 e 2000.

Em seu segundo capítulo são abordados os impactos do investimento em educação, especificamente no ensino fundamental, para o crescimento econômico dos municípios rurais baianos, para o ano de 2000.

Para tanto, a função de produção utilizada no primeiro capítulo é remodelada em termos de suas variáveis explicativas, dadas então pelo número de matriculados em cada nível de ensino (fundamental, médio e superior). Desta maneira, procura-se evidenciar a influência de cada nível de ensino no crescimento do produto.

Segundo Vehine e Plank (1996), dentre outros, o financiamento da educação tem sido objeto de interesse crescente, principalmente por parte de estudiosos e formuladores de políticas públicas, porque a literatura indica que o nível de gastos é baixo e que o sistema educacional, como um todo, sofre problemas de eficiência, eficácia e equidade.

No sentido de tentar resolver tais problemas foi criado e regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Implementado a partir do ano de 1998 em todos os estados brasileiros, redistribuindo os recursos entre os sistemas de ensino estaduais e municipais, propiciando a diminuição das desigualdades entre os municípios do estado. Este será foco da análise dada sua importância para a expansão das matrículas no ensino fundamental.

Por fim, são apresentadas algumas formulações conclusivas a respeito dos investimentos em educação como determinante do nível de desenvolvimento dos municípios rurais baianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABUGUEIRA, Arthur C. C. Martins. Contributos Reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento. Universidade Católica Portuguesa: Gestão e Desenvolvimento, nº 11: 193-233, 2002. Disponível em http://www.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/livros_gestao.htm. Acesso em: 03/08/2004.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. Estratégia de desenvolvimento. Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº 10, p.141-171, 1993.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Investimento em educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IPEA, nov. de 1997. (Texto para discussão nº 525).

BAHIA. FUNDEF: Conheça e acompanhe. Salvador, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; VERHINE, Robert E. A descentralização da educação. Revista Sociedade e estado, nº 16, p. 299-321, 1999.

LIN, T. C. Education, Technical progress and economic growth: the case of Taiwan. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 22, p. 213-220, march, 2003.

McMAHON, W. Education and economic growth no leste asiático. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 17, p. 159-172, 1998.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDEF – Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério: Manual de Orientação. 2ª. Edição. Brasília, 2000.

PLANK, David N. Política Educacional no Brasil: Caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SELF, S. e GRABOWSKI, R. Does education at all levels cause growth? India, a case study. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 23, p. 47-55, 2004.

SHULTZ, T. O capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; TROSTER, Luis Roberto. Economia Básica: teoria e exercícios. 4a.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VERHINE, Robert E.; PLANK David N. Financiamento da Educação Básica: Um estudo de receitas e gastos das redes municipais de ensino na Bahia. In: Políticas Municipais de Educação. Salvador: Editora da UFBA, 1996.

WORLD BANK. Brazil: higher education sector study. Washington D. C: IRDB, 2001. (Relatório não publicado).

CAPÍTULO 1

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: o caso da Bahia

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: o caso da Bahia

Autor: Sheila de Fátima Mangoli

Orientador: Warli Anjos de Souza

RESUMO:

Este artigo investiga o efeito da educação no crescimento econômico dos municípios rurais da Bahia no período de 1991 a 2000. Uma função de produção, tendo como variáveis explicativas capital físico, capital humano e trabalho, foi utilizada no modelo. Os resultados mostram que a educação tem papel importante no crescimento.

Palavras-chave: educação, capital humano, crescimento econômico e desenvolvimento.

INVESTMENTS IN EDUCATION AND ECONOMIC GROWTH: the case of Bahia

Author: Sheila de Fátima Mangoli

Adviser: Warli Anjos de Souza

ABSTRACT:

This paper investigates the effect of education on economic growth of Bahia's rural municipalities of 1991 and 2000. A production function which explain variables physical capital, human capital and labor, is used in the model. Findings show that education have important hole in growth.

Key-words: education, human capital, economic growth and development.

1. Introdução

Dentre os fatores explicativos do crescimento econômico o investimento em capital humano, representado prioritariamente pela educação, se destaca, visto que as mudanças econômicas e tecnológicas ocorridas nestas últimas décadas exigem novos e mais elevados níveis de produtividade do trabalho.

Embora a educação e seu papel no desenvolvimento e na formação e distribuição da renda fossem discutidos desde Smith, nunca ocorreu de forma tão premente. Isto decorre da percepção de que a globalização e a velocidade dos avanços tecnológicos imprimem à qualificação humana caráter expansivo ou restritivo ao crescimento da economia.

Segundo Cabugueira (2002) nos anos 90 registraram-se preocupações generalizadas em todos os países, quanto à importância da educação. Todas estas preocupações foram o reflexo do enorme impacto da problemática suscitada pelas questões do capital humano.

Recentemente tem sido realizado um número considerável de estudos sobre a relação entre crescimento econômico e educação em diversos países tais como Lau *et al* (1993); Tallman e Wang (1994); McMahon (1998); Asteriou e Agiomirgianakis (2001); Lin (2003); e Self e Grabowski (2004).

Asteriou e Agiomirgianakis (2001) analisaram a relação entre crescimento econômico e capital humano para a Grécia. Os resultados indicam que os três níveis de educação, primário, secundário e superior, influenciam o crescimento econômico. Self e Grabowski (2004) estudaram a relação entre os níveis educacionais e o crescimento econômico da Índia. De acordo com os resultados encontrados a educação influencia o crescimento econômico, sendo o ensino primário responsável pelo maior impacto sobre o crescimento. McMahon (1998) analisando dados do leste asiático concluiu que o investimento em educação, principalmente no secundário e superior, influencia positivamente o crescimento econômico. Tallman e Wang (1994) estudaram dados de Taiwan, entre 1965 a 1989, e concluíram que a performance do modelo de crescimento econômico é aprimorada a partir da qualificação da força de trabalho.

Confirma-se, desta maneira, o poder da educação em ampliar os limites das capacidades humanas e vislumbra-se uma forte relação entre as

capacidades humanas e o nível da educação a que os indivíduos estão submetidos. Percebe-se, pelas evidências destes trabalhos que a educação influencia deterministicamente os níveis de produtividade do trabalho, afetando de maneira positiva tanto os retornos privados deste capital (humano), salário; quanto o que poderia ser chamado de retorno social, o crescimento econômico.

A exemplo destes estudos supracitados objetiva-se verificar a relação entre educação e crescimento econômico nos municípios rurais da Bahia entre 1991 e 2000.

Este artigo está organizado em 6 seções, além desta introdução. As seções 2 e 3 contêm uma breve discussão teórica. Na seção 4 discute-se de forma sintética o modelo usado e os dados. Na seção 5, os resultados obtidos a partir da aplicação do modelo de dados cruzados para os municípios da Bahia são apresentados e interpretados à luz de outros estudos. Algumas conclusões são apresentadas na sexta e última seção.

2. Teoria do capital humano

Considerava-se a demanda por educação após o período obrigatório, até a década de 1950, como demanda por um bem de consumo, sendo que existia a crença, de que era necessário possuir algumas habilidades específicas para este consumo. Mill (citado por Cabugueira, 2002) chegou a afirmar que seria de interesse público que todos recebessem educação primária e alguns “espíritos superiores” uma educação melhor.

A idéia de capital humano, acumulado por investimento em educação, surge por volta de 1960, sendo caracterizado um investimento sempre que a aquisição de educação objetivar elevar a renda futura. Investimento em capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas através da educação para o aprimoramento das capacidades individuais na execução do trabalho.

Surgia desta forma o conceito de capital humano, *“humano porque se acha configurado no homem e capital porque é fonte de satisfações futuras, futuros rendimentos ou ambos”* (SHULTZ, 1973, p. 53).

Na verdade, Adam Smith anteriormente havia destacado a educação como uma forma de investimento, ao argumentar que *“o trabalho que ele aprende a executar, deve-se esperar, muito acima dos ganhos do trabalho*

comum, vai repor-lhe toda a despesa de sua educação, com pelo menos, os lucros ordinários de um capital igualmente valioso” (SMITH, 2002, p.71).

Smith (1776) apresentou uma análise consistente do capital humano ao incluí-lo no valor geral de qualquer nação, onde este valor geral é composto dos seguintes recursos: (I) de todas as máquinas utilizáveis e instrumentos de negócio que facilitam e resumem o trabalho, (II) de todos aqueles edifícios proveitosos que são os recursos para se obter um rendimento, (III) da melhora da terra, e (IV) das habilidades adquiridas e utilizáveis de todos os habitantes ou membros da sociedade. Concluindo, acrescenta que a “aquisição de tais talentos”, durante a educação ou aprendizado, sempre custa uma despesa real, e depois de concluído, torna-se um capital.

Desde Smith, os economistas dedicaram atenção a educação em suas análises, porém, somente com a teoria do capital humano são formalizadas as relações funcionais entre educação e economia.

O destaque creditado a teoria a partir desta década deveu-se à preocupação, crescente ainda atualmente, com os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda.

A educação passa a ser considerada requisito para o desenvolvimento econômico, pois os fatores de produção tradicionais (terra, capital e trabalho) mostraram-se insuficientes para explicar o crescimento econômico observado em alguns países, como Japão no pós-guerra. Buscando esta explicação Schultz, pela primeira vez, expõe a teoria durante a 73ª Reunião da *American Economic Association*, em dezembro de 1960:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que tem-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico (SCHULTZ, 31:1973).

O pensamento expresso por Schultz, e que caracteriza a teoria, deve ser compreendido dentro do corpo teórico que o sustenta. A teoria do capital humano é inspirada na economia neoclássica, tendo por suposições principais:

o comportamento maximizador dos agentes econômicos (as firmas buscam maximizar os lucros e os trabalhadores/consumidores buscam maximizar a satisfação ou utilidade, via renda); a existência da perfeita concorrência nos mercados, como também a perfeita informação e mobilidade (os agentes são racionais, têm pleno conhecimento e escolhem as melhores alternativas); e, de acordo com a teoria marginalista, o fator trabalho é utilizado até que o custo marginal seja igual ao produto marginal, sendo então, o salário pago ao trabalhador igual a sua produtividade marginal. Vale ressaltar que o salário, como preço do trabalho, sofre a influência das forças de oferta e demanda.

A teoria tem por pressuposto central que o capital humano é sempre algo produzido, produto de decisões deliberadas de investimento em educação. Adquirir habilidades e conhecimentos é considerado uma forma de investimento porque aumenta a produtividade do trabalhador, e conseqüentemente sua renda. E a educação, considerada em sentido amplo, abrangendo aprendizagem formal e informal e treinamento em serviço, é definida como a maneira primordial de se adquirir tais habilidades e conhecimentos capazes de produzirem incrementos na renda. De acordo com Jones (2000, p.45), nos Estados Unidos, *“cada ano adicional de escolaridade aumenta os salários ganhos por uma pessoa em algo em torno de 10%”*.

Desta forma, não por mero consumo, mas visando uma renda futura maior que o custo de renunciar a renda presente, o indivíduo opta por anos adicionais de estudo, opção racional entre custos atuais e renda futura.

Por este princípio de que educação adicional eleva os rendimentos futuros, adquirir educação é um investimento privado em rendimentos futuros. Tal argumentação torna a educação análoga à produtividade física do capital, justificando o tratamento da educação como capital, capital humano, parte integrante da pessoa, como uma ampliação das habilidades genéticas.

Seguindo esta linha de raciocínio, Schultz (1973) defende que os trabalhadores tornam-se capitalistas porque através de investimentos na aquisição da habilidade e do conhecimento passam a ter posse de capacidades economicamente valiosas. Evidencia-se, desta forma, a ênfase da teoria na escolha individual, visto que os efeitos diretos e indiretos da educação motivam o indivíduo a investir em anos adicionais de escolaridade.

Algumas críticas voltam-se a esta definição, condenando-a por fornecer uma falsa idéia de que o trabalhador seria capitalista de si mesmo e que através da educação ampliasse suas possibilidades de escolha, enquanto, segundo esta análise, estivesse refém da estrutura social estratificada. O aspecto da função ideológica da escola é discutido por Frigotto (1983), Grácio (1997), Bowles e Gintis (1975). Todos enfatizam a reprodução da divisão capitalista do trabalho nas relações escolares e a contribuição da escola para justificar as relações de dominação e submissão na esfera econômica. Grácio (1997) define o papel da educação da seguinte forma:

A educação escolar tem aqui um papel de primeiro plano. Por duas razões: porque torna mais plausível a idéia de que o sucesso econômico depende das competências e da qualificação escolar de cada um e porque socializa os indivíduos para os futuros papéis que irão desempenhar no mundo das empresas (GRÁCIO, 102: 1997).

Em contraposição estão os resultados da pesquisa realizada por Verhine (1995) indicando que o aprendizado doméstico tem mais influencia no mercado de trabalho do que os fatores relacionados a status, tais como a classe, o poder e a riqueza da família.

Por fim, segundo Cabugueira (2002, p. 210-211) tais análises, de orientação marxista, apenas deslocam o vínculo da relação entre a economia e a educação para o campo afetivo, valorativo, comportamental, não transpondo o quadro das análises anteriores, de caráter funcional. Como também são análises reducionistas, pois não admitem que a reprodução, via escola, efetivamente não ocorre de forma linear.

Outrossim, vista pela ótica do capital humano, a educação, entendida como uma forma de investimento, primeiro, possui um custo inicial que abrange os custos diretos (tais como o valor das mensalidades, para o ensino privado ou de forma universal o valor do material escolar) e também o custo de oportunidade, ou seja, o custo que o indivíduo tem por não se dedicar a uma atividade rentável, mas espera ser recompensado por retornos econômicos que excedam aos custos iniciais.

Segundo, a teoria prevê investimentos declinantes na formação de capital humano à medida que aumenta a idade do indivíduo. Isto se explica uma vez que, quanto mais próximo da idade da aposentadoria, menor será o

tempo disponível para que o custo do investimento em educação seja compensado pelo benefício por ele propiciado. Supõe-se racionalidade por parte dos agentes, com base numa relação de custo/benefício, os indivíduos tomam suas decisões. Blaug (1999) afirma que:

a implicação teórica principal do programa de pesquisa do capital humano é que a demanda por educação pós-compulsória é resultante tanto de variações dos custos diretos e indiretos de escolaridade quanto de variações dos diferenciais de ganhos associados aos anos adicionais de escolaridade (BLAUG, 287: 1999).

É importante destacar ainda que os teóricos do capital humano não esperam que as taxas de retorno de diferentes tipos de capital humano sejam iguais. O que não os impede de argumentar em favor da educação formal e não formal como um instrumento valioso para a distribuição mais justa da renda. Isto porque, de acordo com a teoria neoclássica, oferta e procura determinam o preço, no caso, o salário. Logo, o raciocínio é o seguinte: aumentar o nível de educação aumenta a produtividade dos trabalhadores ao mesmo tempo em que reorganiza a distribuição destes. Com menos trabalhadores pouco qualificados para desempenhar certos trabalhos seus salários aumentariam e o aumento na oferta de trabalhadores qualificados exerceria pressão de baixa sobre seus salários. O produto aumentaria enquanto a distribuição de renda se tornaria mais eqüitativa (Verhine, 1982).

Portanto, a teoria do capital humano pode desdobrar-se dentro da esfera micro ou macroeconômica, buscando definir taxas de retorno individual e social. Dessa forma, aplicada à esfera microeconômica busca explicar diferenças de produtividade e renda. Enquanto que aplicada no âmbito da macroeconomia tenta explicar a possibilidade de desenvolvimento a partir dos investimentos feitos no fator humano.

Diversos autores, a partir da década de 1970, desenvolveram trabalhos explorando as duas possibilidades de aplicação da teoria. Denison (1962) analisa o crescimento econômico dos Estados Unidos no período de 1929 a 1957, e com os resultados encontrados neste estudo, verifica-se que o aumento quantitativo dos fatores terra, capital e trabalho só explicavam 28,6% da variação do PNB, enquanto 43% era devido à contribuição da educação escolar, através da qualificação dos trabalhadores.

Avena (2001) que analisa os retornos do capital humano na região metropolitana de Salvador no período de 1996 a 2000, evidencia que os rendimentos tendem a ser significativamente mais elevados na medida em que se completa um nível adicional de escolaridade.

Enfim, a despeito de alguma resistência inicial à noção de capital humano, devida a considerações éticas referentes à atribuição de um valor econômico ao ser humano, a teoria vem se mostrando extremamente útil nos estudos sobre crescimento econômico.

3. O papel do capital humano no crescimento

São consideradas as principais fontes de crescimento dos países o capital físico e o capital humano, o trabalho e o progresso técnico.

A velocidade do crescimento do trabalho é geralmente limitada pela velocidade do crescimento da população. Segundo Lau *et al* (1993) nos países industrializados, a velocidade de crescimento da força de trabalho é raramente mais alta que 2% ao ano, considerando a imigração. Para os países em desenvolvimento, onde a taxa de natalidade é geralmente alta, a velocidade anual do crescimento da força de trabalho não é mais alta que 5%. Conseqüentemente, o crescimento do capital físico e humano e o progresso técnico têm explicado a maior proporção do crescimento econômico, especialmente em países com altas taxas de crescimento.

A contribuição do capital físico e humano e do progresso técnico para o crescimento do produto convencionalmente é analisada a partir de uma função de produção agregada:

$$Y = f(K, L, H, t) \quad (3.1)$$

em que Y é a quantidade de produto, K, L e H são as quantidades do capital físico, trabalho e capital humano, respectivamente, e t é o índice de tempo cronológico. A taxa de crescimento do produto pode ser expressa por:

$$\frac{d \ln Y}{dt} = \frac{\partial \ln F}{\partial \ln K} \frac{d \ln K}{dt} + \frac{\partial \ln F}{\partial \ln L} \frac{d \ln L}{dt} + \frac{\partial \ln F}{\partial H} \frac{dH}{dt} + \frac{\partial \ln F}{\partial t} \quad (3.2)$$

Os quatro termos do lado direito da eq. (3.2) podem ser identificados como as contribuições do capital físico, trabalho, capital humano, e progresso técnico, respectivamente, para o crescimento do produto.

Segundo Lau *et al* (1993) a elasticidade do produto em relação ao insumo trabalho é estimada como aproximadamente 0,6 para países industrializados e entre 0,3 e 0,4 para países em desenvolvimento. Deste modo, dada a taxa de crescimento da força de trabalho, não ser mais alta que 2% ao ano em países industrializados e 5% ao ano em países em desenvolvimento, a taxa máxima de crescimento que pode ser estimada pelo crescimento do trabalho está na ordem de 1,2% para países desenvolvidos e 2% para países em desenvolvimento. Qualquer crescimento do produto que exceda os 2% ao ano nos países em desenvolvimento é atribuído ao crescimento do capital, físico e humano, e ao progresso técnico.

Lau *et al* (1993) estimaram uma função de produção agregada relacionando o PIB ao estoque de capital, força de trabalho, terra e escolaridade média da força de trabalho, tomando por base dados anuais da amostra de 58 países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, para o período de 1960-1986. Todas as estimativas encontradas, referentes à educação, foram positivas e estatisticamente significantes.

A elasticidade estimada para o produto em relação à educação média na América Latina foi 0,17. No Brasil, a escolaridade média da força de trabalho em 1970 era aproximadamente 3 anos, logo o efeito de 1 ano adicional na escolaridade média da força de trabalho brasileira, segundo tal estudo, produziria um incremento no produto de $0,17/3,0=5,5\%$, mantendo os demais insumos constantes. Incremento de magnitude economicamente significativa.

4. Metodologia

Ao tratar do desenvolvimento do estado da Bahia, é preciso considerar, prioritariamente, o desenvolvimento rural. Isto se deve a formação dos municípios que compõe o estado.

A análise dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao censo de 2000 mostra que dos 415³ municípios que compõe o estado, somente 12 têm população superior a 100 mil habitantes, enquanto 70 têm menos de 10 mil habitantes. A maioria dos municípios, 233 deles, possui mais habitantes na zona rural em comparação com a zona urbana e 50 municípios têm aproximadamente metade da população habitando em áreas rurais.

Visando determinar os municípios rurais, neste trabalho são adotados os critérios descritos em Veiga (2003), utilizados na pesquisa “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil” realizada pelo IPEA, IBGE e Nesur/Unicamp em 1999. Desta forma, foram definidos como municípios rurais aqueles que, simultaneamente, apresentaram menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab/Km².

4.1. O modelo analítico – função de regressão

O capital físico e humano, o trabalho e o progresso técnico são considerados os quatro principais fatores do crescimento agregado do produto. Para determinar a influência da educação no crescimento econômico, a produção econômica é modelada como uma função dos insumos capital físico, trabalho e capital humano. Neste sentido, diversos autores têm recorrido a função de produção do tipo Cobb-Douglas como instrumento de mensuração do crescimento do produto.

Lin (2003) estudou a relação entre educação e crescimento econômico em Taiwan no período de 1965 a 2000. Os resultados revelaram que a educação tem um positivo e significativo efeito sobre o crescimento econômico.

Tal como no estudo de Lin (2003), neste trabalho a função de produção foi expressa como:

$$Y = AK^\alpha L^\beta H^\gamma e^u \quad (4.1)$$

Onde Y é o produto real, K é o capital físico, L é a força de trabalho, H é o estoque de capital humano, A , α , β e γ são os parâmetros a serem

³ A Bahia possui atualmente 417 municípios, porém, os municípios de Barrocas e Luiz Eduardo Magalhães foram criados em 2000, e não constam no censo realizado pelo IBGE neste ano.

estimados, sendo que A é um fator exógeno que corresponde à tecnologia e os três últimos termos correspondem às elasticidades do capital físico, trabalho e capital humano, respectivamente; e u representa o ruído branco ou erro.

São suposições básicas deste modelo:

1. Linearidade de Y .
2. As variáveis independentes são não-aleatórias.

Por se tratar de um modelo não-linear aplica-se o logaritmo neperiano, tornando assim a função de regressão em:

$$\ln Y = a + \alpha \ln K + \beta \ln L + \gamma \ln H + u \quad (4.2)$$

Segundo Hill (2003) para tornar completo o modelo econométrico em (4.2) deve-se fazer algumas suposições sobre a distribuição de probabilidade dos erros aleatórios, u :

$$i. E(u_i; u_j) = 0; \quad i \neq j \quad e$$

$$E(u_i^2) = \sigma^2; \quad i = j$$

$$ii. E(u) = 0$$

$$iii. u \sim N(0; \sigma^2)$$

Assim tem-se que:

$$E(\ln Y) = E(a + \alpha \ln K + \beta \ln L + \gamma \ln H + u) \quad (4.3)$$

$$E(\ln Y) = E(a) + E(\alpha \ln K) + E(\beta \ln L) + E(\gamma \ln H) + E(u) \quad (4.4)$$

Logo, a função estimada será dada por:

$$\ln \hat{Y} = \hat{a} + \hat{\alpha} \ln K + \hat{\beta} \ln L + \hat{\gamma} \ln H \quad (4.5)$$

4.2. A mensuração dos dados

Neste trabalho, serão utilizados dados para os municípios baianos selecionados de acordo com os critérios descritos anteriormente.

Desta forma, foi realizada a opção por dois cortes no tempo, o primeiro em 1991 e o segundo em 2000. O intervalo é significativo para análise da

variação das variáveis e os anos coincidem com os anos-base do Atlas do Desenvolvimento Humano - 2000. Segue uma breve descrição das variáveis.

1) Produto Real Agregado (Y): O Produto foi calculado a partir da renda *per capita* e população de cada município. Os valores são expressos em reais de 2000 e os dados foram tomados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

2) Capital (K): Dados sobre o estoque de capital não são disponibilizados para os municípios baianos, na verdade tampouco para os estados brasileiros individualmente. Como *proxy* do estoque de capital foi utilizado o consumo de energia elétrica de cada município para 1991 e 2000. Segundo Lau *et all* (1993) o consumo de energia elétrica é uma *proxy* considerável para a quantidade do estoque de capital usado na produção. Os dados foram disponibilizados pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia).

3) Trabalho (L): O trabalho foi medido como o número de pessoas na população em idade ativa. Supõe-se que os indivíduos investem em educação no começo da vida e trabalham até a aposentadoria. Desta forma, como *proxy* para trabalho foi utilizado o estoque de trabalhadores na economia, correspondente à população com idade entre 15 e 65 anos. Os dados foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano.

4) Capital Humano (H): Os dados para capital humano foram tomados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Para determinar um valor monetário para o capital humano o IPEA considera o valor presente dos rendimentos anuais (descontados a 10% a.a.) associados à escolaridade e experiência (idade) da população em idade ativa (15 a 65 anos). O estoque de capital humano foi calculado a partir da seguinte metodologia: para se estimar os rendimentos futuros esperados utilizam-se os coeficientes de retorno à educação e à experiência, estimados pelos dados do censo demográfico dos anos de 1991 e 2000. Os valores são expressos em reais de 2000.

Enfim, a amostra foi composta por 348 municípios. Além dos municípios não selecionados, daqueles que atendiam ao critério, foram excluídos os

municípios de Jandaíra e Muquém de São Francisco, pois não estavam disponibilizadas informações sobre o consumo de energia para o ano de 1991; e o município de Rio Real por não apresentar dados sobre o consumo de energia referente ao ano de 2000.

5. Análise dos resultados empíricos

A Tabela 1 apresenta as taxas médias de crescimento do produto, capital físico, trabalho e capital humano e uma medida relacionada ao nível de concentração da renda, o índice de gini.

Tabela 1: Crescimento das variáveis produto, capital, trabalho e capital humano, (em termos médios) e distribuição de renda, 1991 e 2000.

ANO	VARIÁVEIS				ÍNDICE DE GINI
	Y	K	L	H	
1991	1.064.663	3.259	8.880	213.607	0,61
2000	1.581.209	2.370	10.493	349.689	0,64
Variação (%)	48,8*	-4,5*	18,1*	65,0*	4,9*

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud); Ipea; Sei/Seplan.
Os valores demarcados com * indicam cálculos da autora.

De acordo com a Tabela 1 nota-se que a renda média dos municípios cresceu quase 50% passando de R\$1.064.663,00 para R\$1.581.209,00 em nove anos. Tal crescimento parece não estar relacionado diretamente a variação do capital que apresentou queda de 4,5%. Em contrapartida cresceu o número de trabalhadores disponíveis na economia e a qualidade destes, visto que um aumento de 65% no estoque de capital humano no período indica um incremento considerável na escolaridade média da população economicamente ativa dos municípios analisados.

Nota-se ainda, que embora a renda média dos municípios rurais tenha crescido no período considerado, o nível de concentração desta, denotado pelo

índice de gini, elevou-se discretamente. Indicativo de que o crescimento não se traduziu em melhora na qualidade de vida destas populações.

Na Tabela 2 estão dispostos os resultados das estimativas dos parâmetros correspondentes ao modelo proposto neste trabalho. Pode-se observar que os mesmos não contrariam nenhum princípio teórico, isto é, os sinais e as magnitudes encontradas são coerentes com a teoria.

Tabela 2: Resultados para estimativas dos parâmetros, 1991 e 2000.

ANO	PARÂMETROS				R ²	F
	<i>a</i>	??	??	??		
1991	3,0716	0,0953	0,4299	0,4990	0,8832	866,7523
	(7,6672)	(4,8428)	(4,2470)	(4,6370)		
	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>		
2000	4,3413	0,3190	0,4767	0,2377	0,9287	1.493,92
	(8,1989)	(10,6791)	(4,3312)	(1,8441)		
	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>	<i>0,001</i>	<i>0,066</i>		

Nota: Os valores entre parênteses correspondem às estatísticas t, enquanto que os grafados em itálico representam os respectivos p-valores.

Pode-se entender que a forma de combinar os recursos mostrou-se mais eficiente em 2000, comparativamente a 1991, visto que o valor do parâmetro que representa a tecnologia (*a*) apresentou crescimento, embora discreto.

Quanto aos coeficientes que medem a sensibilidade do produto às variações nos insumos, nota-se que todos os fatores apresentam inelasticidade. Percebe-se também que enquanto o produto se tornou consideravelmente menos sensível a variações na escolaridade média, o inverso ocorreu com o trabalho e o capital físico.

Pela análise dos parâmetros confirma-se a hipótese de retornos constantes a escala.

Com efeito, nota-se ainda que todos os parâmetros estimados, para os anos analisados, são significativamente diferentes de zero a 1%, com exceção do capital humano no ano de 2000, que se mostrou significativo a 6,6%.

A diminuição da significância do capital humano na função de produção no ano de 2000 em relação ao de 1991 pode ser explicada por duas perspectivas. A primeira aponta no sentido do critério de seleção dos municípios componentes desta amostra, na medida que valorizar menor população e baixa densidade demográfica, tende a prestigiar aqueles cuja atividade econômica concentra-se na agricultura, e para o universo em estudo, esta atividade caracterizar-se por menor exigência, em termos de capital humano, que outras atividades como a indústria. A segunda consiste no fato de outras variáveis ganharem importância na função. No caso em questão pode-se observar que na medida em que a função de produção tornou-se menos elástica às variações desta variável, aumentou a elasticidade do produto ao número de trabalhadores e ao consumo de energia elétrica.

Contudo, os resultados apontam que o grau de ajuste do modelo apresenta um quadro de melhora, tendo em vista que as variações nas variáveis consumo de energia elétrica, número de trabalhadores e capital humano, que antes explicavam 88,32% das variações no produto, passaram, em 2000, a um nível de explicação em torno de 92,87%. Ademais, deve-se ressaltar que a estatística F mostrou-se consideravelmente significativa nos dois anos analisados. Isso conduz à idéia de que, no conjunto, essas variáveis explicativas afetam significativamente a produção ou a renda dos municípios que compõem a amostra estudada.

Por tudo isto, pode-se afirmar que o modelo de produção sugerido é aplicado a esse conjunto de municípios na medida que gerou resultados razoáveis dos pontos de vista da teoria econômica e das estatísticas de teste, critérios usuais em análise desta natureza.

Adicionalmente, foi testada a suposição do modelo de inexistência de correlação entre os erros, visto os valores de Y (produto) apresentarem-se não correlacionados, ou seja, estatisticamente independentes. A estatística Durbin-Watson mostrou não existir correlação entre os resíduos considerando os valores encontrados: 2,07 para 2000 e 1,91 para 1991.

6. Conclusões

Dentre os fatores que explicam o produto, os resultados indicam que na Bahia, como em outros países, a educação o influencia positivamente. Mesmo ao considerar municípios com características rurais, onde a qualificação da mão-de-obra não é tão requisitada quanto na indústria, a educação mostra-se importante na função de produção como fator explicativo da renda.

Quanto aos fatores explicativos trabalho e capital, também utilizados no modelo, nota-se que se tornaram menos inelásticos na função de produção relativa ao ano de 2000 em comparação ao ano de 1991. O estudo também aponta, com base no aumento da inelasticidade do nível do produto em relação ao capital humano, que para se obter, através da educação, um incremento no produto em 2000 proporcional ao obtido em 1991, o investimento em educação deverá ser consideravelmente maior.

Referências Bibliográficas

ASTERIOU, D e AGIOMIRGIANAKIS, G.M. Human capital and economic growth – Time series evidence from Greece. Journal of Policy Modeling, North Holland, nº 23, p. 481-489, 2001.

AQUINO, Maria Sacramento. Economia e Educação: uma abordagem sobre investimento em capital humano na Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2001.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2002. Disponível em: www.pnud.org.br.

AVENA, C. P. Os retornos do capital humano na região Metropolitana de Salvador. Estudos Acadêmicos. Salvador, nº 3, p. 53-66, 2001.

BLAUG, P. Introdução à economia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. Metodologia da Economia. São Paulo: ESUSP, 1999.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Investimento em educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IPEA, nov. de 1997. (Texto para discussão nº 525).

BARROS, Ricardo Paes de; *et al.* Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Rio de Janeiro: IPEA, jan. de 1997. (Texto para discussão nº 454).

BOWLES, S.; GINTIS, H. O problema com a teoria do capital humano – uma crítica marxista. Tradução de Robert E. Verhine. Original em American Economic Review, p. 266-279, maio de 1975.

CABUGUEIRA, Arthur C. C. Martins. Contributos Reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento. Universidade Católica Portuguesa: Gestão e Desenvolvimento, nº 11: 193-233, 2002. Disponível em http://www.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/livros_gestao.htm. Acesso em: 03/08/2004.

CARPENA, L.; OLIVEIRA, J. B. Estimativa do estoque de capital humano para o Brasil: 1981 a 1999. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2002. (texto para discussão nº 877)

CASTILHO, Mara Lucy. Educação e crescimento econômico no Brasil. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça; SOUZA, Vânia Pinheiro de. Orientações para normalização de trabalhos acadêmicos. 6ª. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

DAGUM, C. e SLOTTJE, D.J. A new method to estimate the level and distribution of household human capital with application. Structural Change and Economic Dynamics, North Holland, nº 11, p. 67-94, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1983.

GARCIA, Fernando (org.) Distribuição da educação e da renda: o círculo vicioso da desigualdade na América Latina. In: Economia Social no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

GRÁCIO, Sérgio. Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais. Coimbra: EDUCA, 1997.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E; JUDGE, George G. Econometria 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:
www.ipeadata.gov.br

JONES, Charles I. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LAU, L.; JAMISON, D.; LIU, S.; RIVKIN, S. Education and economic growth: some cross-sectional evidence from Brazil. Journal of Development Economics, North-Holland, nº41, p. 45-70, 1993.

LIN, T. C. Education, Technical progress and economic growth: the case of Taiwan. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 22, p. 213-220, march, 2003.

McMAHON, W. Education and economic growth no leste asiático. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 17, p. 159-172, 1998.

MEDEIROS, Elio da Silva; MEDEIROS, Ermes da Silva. Matemática e estatística aplicada. São Paulo: Atlas, 1999.

MARONE, Guilherme Cortella. Educação e investimentos externos como determinante de crescimento a longo prazo. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1995.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNAD. Relatório do desenvolvimento humano 2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Lisboa: Mensagem – Serviço de recursos editoriais Ltda, 2002.

RAM, Rati. Can educational expansion reduce income inequality in less-developed countries. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 2, p. 185-195, 1989.

SANTOS, Ednalva M. M. dos et al. O texto científico: Diretrizes para elaboração e apresentação. 2a. ed. atual. e aum. Salvador: UNYANA/Quarteto, 2002.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: www.sei.ba.gov.br

SELF, S. e GRABOWSKI, R. Does education at all levels cause growth? India, a case study. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 23, p. 47-55, 2004.

SHULTZ, T. O capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Hemus, Curitiba, 2002.

SYLWESTER, Kevin. Can expenditures reduce income inequality? Economics of Education Review, Los Angeles, nº 21, p. 43-52, 2002.

VEIGA, José Eli. Conhecendo o Brasil Rural. Revista eletrônica Sebrae, [S.L.: S.N], 2003. Acesso em: 11 de abril de 2003. Disponível em: <http://200.252.258.103/sites/revistasebrae/06/artigodecapa_03.htm>.

WORLD BANK. Brazil: higher education sector study. Washington D. C: IRDB, 2001. (Relatório não publicado)

CAPÍTULO 2

IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA

IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA

Autor: Sheila de Fátima Mangoli

Orientador: Warli Anjos de Souza

RESUMO:

Este artigo busca examinar o impacto da educação no crescimento econômico dos municípios rurais da Bahia no período de 1991 a 2000. A educação foi dividida por nível (fundamental, médio e superior) para determinar qual tem maior influência sobre o crescimento econômico. Os resultados indicam que o ensino fundamental tem o impacto mais significativo sobre o crescimento, sendo o ensino superior o menos expressivo, dadas as características dos municípios da amostra.

Palavras-chave: ensino fundamental, Fundef, crescimento econômico e desenvolvimento.

IMPACTS OF FINANCE OF PRIMARY SCHOOLING IN ECONOMIC GROWTH OF BAHIA

Author: Sheila de Fátima Mangoli

Adviser: Warli Anjos de Souza

ABSTRACT:

This paper seeks to examine the impact of education on economic growth of rural municipalities of Bahia of 1991 and 2000. The education is broken into the level (primary, secondary and tertiary schooling) for determine which have a much stronger in economic growth. The results indicate that primary schooling has a stronger impact on growth, and tertiary schooling less expressive, due to characteristics of sample.

Key-words: primary schooling, Fundef, economic growth and development.

1. Introdução

O financiamento da educação tem despertado interesse da sociedade e, principalmente, de formuladores de políticas públicas, a partir da última década do século passado, porque a literatura indica que o nível de gastos é baixo e que o sistema educacional, como um todo, sofre problemas de eficiência e equidade, caracterizados, principalmente, por evasão e repetência.

Paralelamente, a globalização, as mudanças no mercado de trabalho e o impacto das mudanças tecnológicas colocaram, de forma irreversível, a educação no cerne das discussões sobre desenvolvimento tanto por ser pré-requisito do crescimento econômico, quanto por ser fator essencial para a melhoria da distribuição de renda e diminuição da pobreza.

Neste sentido, a partir da segunda metade da década de noventa, o governo federal, tem priorizado os investimentos em educação, especificamente no ensino fundamental. Este fato confirma-se pela criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), estratégia clara de expansão e regularização do fluxo de recursos para este nível de ensino. Implementado a partir de 1998, redistribuiu os recursos entre os sistemas de ensino estaduais e municipais, propiciando a diminuição das desigualdades entre os municípios do estado.

De acordo com a teoria do capital humano, a educação é a maneira primordial de se adquirir habilidades e conhecimentos capazes de produzirem incrementos na renda, retorno privado; e impactos sobre o crescimento, retorno social. E, ainda, o ensino superior proporcionaria os níveis mais altos de renda e crescimento do produto.

Porém, analisando países em desenvolvimento, como o Brasil, alguns autores, tais como Self e Grabowski (2004) argumentam que a elevação das matrículas no ensino superior tem maior impacto sobre o crescimento econômico quando a população, em geral, tem assegurado o acesso ao ensino fundamental.

Neste sentido, o FUNDEF, indiretamente, tem desempenhado papel importante para o crescimento econômico, visto que em 1991 somente 54,7% da população em idade de 7 a 14 anos tinha acesso ao ensino fundamental e

em 2000 o percentual de crianças atendidas era de 85,4%, um aumento de 56,1% no período.

Desta maneira, este artigo tem por objetivo determinar os impactos do investimento em educação, especificamente no ensino fundamental, para o crescimento econômico dos municípios baianos considerados rurais em 2000.

O artigo está organizado em 6 seções, além desta introdução. As seções 2 e 3 contêm uma breve discussão teórica. Na seção 4 uma discussão sintética sobre o modelo e os dados. Na seção 5, os resultados obtidos a partir da aplicação do modelo de dados cruzados para os municípios da Bahia são apresentados. A seção 6 apresenta algumas conclusões.

2. O atual cenário educacional

Entre os fatores considerados estratégicos para o desenvolvimento destaca-se o investimento em capital humano. Schultz (1973) define investimentos desta natureza, aqueles efetivamente realizados com a finalidade de gerar ou aprimorar a capacidade do indivíduo de forma a possibilitar maior eficiência na execução do trabalho produtivo.

O investimento no capital humano geralmente é representado pelas variáveis educacionais, na verdade é amplamente aceito que o principal mecanismo institucional para o desenvolvimento de habilidades e conhecimento é o sistema formal de educação.

Neste sentido, parte-se da análise do cenário educacional da década de noventa, marcada, principalmente, por três ações políticas: 1) a Emenda Constitucional nº 14, promulgada em 1996, tornando mais clara a distribuição dos encargos educacionais entre as três esferas de governo; 2) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96; 3) Lei nº 9424/96 aprovada em 1996 que garantiu a vinculação de recursos para o Ensino Fundamental e a remuneração do magistério, bem como regulamentou o salário-educação.

Analisando o pano de fundo de tais mudanças, Motter e Gomes (2001) mostram que elas foram possíveis pela conjuntura posta:

No seu curto mandato, o presidente Itamar Franco conseguiria não apenas domar a crise econômica, com o lançamento do Plano Real,

no primeiro semestre de 1994, mas transformar o seu arquiteto, Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, em seu sucessor. Desse encontro de destinos nasceria um governo que beneficiado pela estabilidade econômica, seria compelido pela pressão de forças externas e internas a incluir a educação como uma questão-chave para o desenvolvimento sustentado do país (MOTTER e GOMES, 200: 2001).

Porém, concluem afirmando que aparentemente os esforços ainda não foram suficientes para compensar o atraso histórico ou sanar as deficiências do sistema educacional brasileiro.

3. A estrutura de financiamento da educação

Desde 1934, as Constituições brasileiras têm incluído dispositivos que fixam a percentagem dos respectivos orçamentos que os governos federal, estaduais e municipais devem destinar à educação. A Constituição vigente, de 1988, dispõe que o Governo Federal deverá aplicar 18% de sua receita e os estados e municípios 25% de suas receitas e transferências em educação.

Segundo Gomes e Verhine (1996) o sistema de financiamento da educação no Brasil caracteriza-se por um conjunto de normas constitucionais que regulam o gasto da receita tributária, um certo número de fontes de receita vinculadas a gastos com educação e uma estrutura burocrática complexa baseada na centralização de arrecadação de recursos e na descentralização da responsabilidade dos dispêndios.

Os recursos financeiros para o ensino público provem de uma variedade de fontes. A fonte mais importante do sistema federal é o Imposto de Renda, enquanto o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) são os mais importantes para os sistemas estadual e municipal.

Segundo Rodríguez e Herrán (2000, p. xxi), *“no Brasil, os gastos no setor da educação pública (4,7% do PIB) excedem a média regional da América Latina (3,7%), mas caracterizam-se por múltiplas desigualdades e ineficiências”*. Dentre estes, destacam-se a distribuição desigual dos recursos entre os estados, derivada das fontes de financiamento e os índices de

repetência e evasão, principalmente nas séries iniciais, causa de elevação do custo dos sistemas.

A partir de 1996 foi instituído o FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, pela Emenda Constitucional 14/96 e regulamentado pela Lei 9.424, ambas medidas de 1996 e pelo Decreto nº 2264 de 1997. Sua implementação iniciou-se em 1998 nos estados brasileiros, exceto o Pará que o implementou ainda em 1997.

O FUNDEF promove a redistribuição de recursos entre sistemas de educação estaduais e municipais em cada estado na exata proporção do número de estudantes matriculados em cada sistema. O governo federal provê recursos complementares para os estados que não alcançarem o mínimo definido nacionalmente, reduzindo as disparidades regionais quanto às despesas com o ensino fundamental.

Essa equalização é um tanto parcial, pois o FUNDEF redistribui os recursos destinados a educação dentro de cada estado. Persistindo, dessa forma, diferenças entre os estados. Segundo Oliveira (2001) São Paulo gasta em educação quase três vezes o valor da média nacional.

De acordo com dados do MEC (2000) entre 1998 e 2000, foi necessária a complementação da União no âmbito de oito estados da federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Os recursos do FUNDEF são constituídos por 15% das principais fontes de receitas dos estados e municípios (Fundo de Participação do Município, Fundo de Participação do Estado, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Produtos Industrializados) e seus recursos devem ser aplicados exclusivamente no ensino fundamental público.

O Fundo tem natureza contábil, como os Fundos de Participação, significando que os recursos são transferidos automaticamente, de acordo com os coeficientes de distribuição estabelecidos e publicados previamente, em datas pré-determinadas (MEC, 2000).

Para calcular o valor por aluno/ano do FUNDEF são usados dados sobre a matrícula levantados pelo Censo Escolar do ano anterior. Este valor, que deveria ser ajustado anualmente, foi fixado em R\$315,00 para 1998 e 1999.

Em 2000 o critério mudou, como previsto na Lei de regulamentação, estabelecendo-se, então, valores diferenciados para o primeiro e segundo ciclo

do ensino fundamental. Para este ano os valores foram de R\$363,00 para alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental e R\$381,20 para os alunos do segundo ciclo. Em janeiro de 2003 o MEC estabeleceu um valor reajustado R\$446,00 para 1^a. a 4^a. e R\$468,80 para 5^a. a 8^a.

A Tabela 1 mostra a evolução das despesas com o ensino fundamental. Embora os valores venham aumentando, ainda encontram-se defasados. De acordo com o cálculo do Banco Mundial, para o ano de 1995, um país com o nível de desenvolvimento econômico do Brasil, o mínimo necessário para o ensino fundamental ficaria em torno de US\$300 por aluno/ano, ou seja, mais do que R\$600,00 (Verhine, 2002). Com o advento do FUNDEF, é possível que, diante das exigências legais e controles fiscais referentes à utilização dos recursos do Fundo, os gastos sejam aplicados de forma mais eficiente.

Tabela 1: Média de despesa por aluno (em US\$) no ensino fundamental e na educação básica dos municípios baianos:

NÍVEL	ANOS					
	1990	1993	1996	1997	1998	1999
Fundamental	198,88	232,86	377,88	314,42	354,34	266,56
Básica	123,25	191,06	277,28	377,06	488,52	294,47

Fonte: Banco de dados dos municípios da Bahia: pesquisa Financiamento da Educação Básica

O controle social do Fundo, o acompanhamento e fiscalização da repartição, transferência e aplicação dos recursos são exercidos por conselhos instituídos, especialmente para este fim, em cada esfera do governo, assegurada a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar.

De acordo com Rodríguez e Herrán (2000, p. xxii:) os consultores do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) fazem uma avaliação positiva do FUNDEF: “O impacto imediato do programa foi substancial: a) um aumento de 50% no salário médio do magistério no nordeste; b) um aumento de 6% nas matrículas iniciais; e c) cerca de 11 milhões de estudantes beneficiados com o aumento dos gastos de educação”.

Avaliando o impacto do FUNDEF no contexto baiano, vale registrar que dados disponibilizados pelo MEC revelam que, em 1998, o Fundo na Bahia

absorveu recursos na ordem de R\$742 milhões, sendo a maior participação do governo estadual com 53% do total, os governos municipais e federal contribuíram, respectivamente, com 30% e 17% do total.

Em 1999 o valor do Fundo cresceu em 18%, ultrapassando R\$1 bilhão, e deste total, os municípios passaram a receber aproximadamente 62%, ganhando, assim, mais do que R\$370 milhões. Por outro lado, o governo do estado, teve uma perda de R\$80 milhões, ou seja, quase duas vezes maior do que a perda (R\$48 milhões) que sofreu no ano anterior. Isso se deve a distribuição dos recursos obedecer à quantidade de alunos matriculados em cada sistema de ensino. Mesmo arrecadando mais recursos, o estado os perde, se o maior número de alunos estão matriculados na rede municipal.

A complementação da União ao FUNDEF na Bahia praticamente dobrou de 1998 para 1999. Neste último ano, representou 28% do total do Fundo. Em valores absolutos, foi a maior complementação recebida por uma unidade federativa (Verhine, 2002).

No ano de 2001 o estado da Bahia possuía 3,5 milhões alunos matriculados no ensino fundamental, sendo 2,2 milhões de 1º a 4º série e 1,3 milhões de 5º a 8º. O valor estabelecido por aluno/ano do primeiro ciclo do ensino fundamental foi de R\$363,00 e para os alunos do segundo ciclo R\$381,20. Isso fez com que a Bahia recebesse R\$1 bilhão. Este valor, obviamente, foi distribuído entre os 416 municípios baianos de acordo com o número de matrículas correspondente (Bahia, 2001).

Por fim, vale ressaltar um *trade-off* do FUNDEF, ou seja, a provisão e o financiamento do ensino médio ficam prejudicados. Os estados são os responsáveis por esse nível de ensino e dado que 15% dos recursos são destinados ao ensino fundamental, os restantes 10%, do total de 25% vinculados à educação, representam os recursos disponíveis para financiar o ensino médio e os outros gastos, por exemplo, as universidades estaduais.

Com esse quadro de determinações, percebe-se que, em países de economia periférica, para a consecução do propósito de desenvolvimento a partir da educação faz necessário investir de forma consistente. Segundo Oliveira (2001) países como a Coréia investiram em educação por anos para chegar ao atual nível de desenvolvimento. Para universalizar o ensino médio, chegou a gastar 10% do seu PIB em educação.

É recorrente a alegação governamental de que o Brasil já gasta em educação o equivalente aos países desenvolvidos. Entretanto, países como os EUA têm rede de ensino instalada, queda de natalidade, ensino médio universalizado e PIB alto. Comparativamente, o Brasil ainda precisa expandir o sistema de ensino.

4. Metodologia

Visando analisar a influencia de cada nível de ensino no crescimento econômico a função de produção utilizada no primeiro capítulo foi remodelada em termos de suas variáveis explicativas, dadas então pelo número de matriculados em cada nível de ensino (fundamental, médio e superior).

Para tanto são tomados dos 415⁴ municípios que o compõe o estado da Bahia, aqueles 348 considerados rurais, atendendo ao critério de seleção, ou seja, apresentando simultaneamente, menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab/Km².

4.1. O modelo analítico – função de regressão

Para determinar a influência dos níveis de educação, individualmente, no crescimento econômico, a produção econômica é modelada como uma função dos níveis de ensino: fundamental, médio e superior. Tal como no capítulo anterior, neste estudo a função de produção foi expressa como:

$$Y = AF^{\alpha} M^{\beta} S^{\gamma} e^u \quad (4.1)$$

Onde Y é o produto, F é o ensino fundamental, M é o ensino médio, S é o ensino superior, A, α , β e γ são os parâmetros a serem estimados, sendo que os três últimos termos correspondem às elasticidades do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, respectivamente, e u representa o ruído branco ou erro da série.

⁴ A Bahia possui atualmente 417 municípios, porém, os municípios de Barrocas e Luiz Eduardo Magalhães foram criados em 2000, e não constam no censo realizado pelo IBGE neste ano.

São suposições básicas deste modelo:

1. Linearidade de Y .
2. As variáveis independentes são não-aleatórias.

Por se tratar de um modelo não-linear aplica-se o logaritmo neperiano, tornando assim a função de regressão em:

$$\ln Y = a + \beta_1 \ln F + \beta_2 \ln M + \beta_3 \ln S + u \quad (4.2)$$

Segundo Hill (2003) para tornar completo o modelo econométrico em (4.2) deve-se fazer algumas suposições sobre a distribuição de probabilidade dos erros aleatórios, u :

$$i. E(u_i; u_j) = 0; \quad i \neq j \quad e$$

$$E(u_i^2) = \sigma^2; \quad i = j$$

$$ii. E(u) = 0$$

$$iii. u \sim N(0; \sigma^2)$$

Assim tem-se que:

$$E(\ln Y) = E(a + \beta_1 \ln F + \beta_2 \ln M + \beta_3 \ln S + u) \quad (4.3)$$

$$E(\ln Y) = E(a) + E(\beta_1 \ln F) + E(\beta_2 \ln M) + E(\beta_3 \ln S) + E(u) \quad (4.4)$$

Logo, a função estimada será dada por:

$$\ln \hat{Y} = \hat{a} + \hat{\beta}_1 \ln F + \hat{\beta}_2 \ln M + \hat{\beta}_3 \ln S \quad (4.5)$$

4.2. A mensuração dos dados

Freqüentemente se dispõe de observações sobre várias unidades para diferentes períodos de tempo, neste caso dispõe-se de dados em corte transversal (HILL, 2003). Neste sentido serão utilizados dados desta natureza para os municípios rurais da Bahia, a partir um corte no tempo, em 2000. Segue uma breve descrição das variáveis.

1) Produto Real Agregado (Y): Seguindo o preceito da teoria do capital humano de que a educação influencia diretamente o nível de renda dos indivíduos, o produto foi calculado a partir da renda proveniente do trabalho e da população de cada município. Os valores são expressos em reais de 2000 e os dados foram tomados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

2) Ensino Fundamental (F): Considerou-se o número de alunos matriculados no ensino fundamental a partir de informações obtidas no Atlas do Desenvolvimento Humano sobre população com idade entre 7 e 14 anos de idade e o percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos, para o ano de 2000.

3) Ensino médio (M): Utilizou-se o número de alunos matriculados no ensino médio. Foram tomados dados do Atlas do Desenvolvimento Humano quanto à população com idade de 15 a 17 anos de idade e o percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 15 a 17 anos, para 2000.

4) Ensino superior (S): Para cálculo do número de alunos matriculados no ensino superior foram tomados os dados no Atlas do Desenvolvimento Humano. Considerou-se a população de 18 a 22 anos de idade e o percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos agregado à população de 25 anos ou mais de idade e o percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior, para o ano de 2000.

Enfim, a amostra foi composta por 328 municípios. Além dos municípios não selecionados, daqueles que atendiam ao critério, não foram tomados os dados dos municípios de Jandaíra, Muquém de São Francisco e Rio Real, excluídos da amostra utilizada no primeiro capítulo. Também não foram considerados os municípios Anagé, Angical, Araci, Canápolis, Cansanção, Caraíbas, Coribe, Encruzilhada, Guaratinga, Mansidão, Piatã, Pilão Arcado, Presidente Jânio Quadros, Rafael Jambeiro, Ribeira do Amparo, Santa Rita de Cássia, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Quinto e Tremedal, por não possuírem alunos matriculados no ensino superior.

5. Análise dos resultados empíricos

Na Tabela 1 estão dispostos os resultados das estimativas dos parâmetros correspondentes ao modelo proposto neste trabalho. Observa-se que os mesmos não contrariam nenhum princípio teórico, isto é, os sinais e as magnitudes encontradas são coerentes com a teoria.

Tabela 1: Resultados para estimativas dos parâmetros, 2000.

ANO	PARÂMETROS				R ²	F
	<i>a</i>	??	??	??		
2000	6,0794 (17,9338) <i>0,001</i>	0,4676 (7,2077) <i>0,001</i>	0,5695 (9,4618) <i>0,001</i>	0,0191 (1,1069) <i>0,269</i>	0,7598	342,83 <i>0,001</i>

Nota: Os valores entre parênteses correspondem às estatísticas t, enquanto que os grafados em itálico representam os respectivos p-valores.

Ainda, todos os parâmetros estimados são significativamente diferentes de zero a 1% de significância, com exceção do ensino superior, que foi não significativo. Assim, aceita-se a hipótese nula, isto é, afirma-se que individualmente o ensino superior não afeta a renda dos municípios analisados.

Tal resultado pode ser explicado pela perspectiva do critério de seleção dos municípios componentes desta amostra, na medida que valorizar menor população e baixa densidade demográfica, tende a prestigiar aqueles cuja atividade econômica concentra-se na agricultura, e para o universo em estudo, esta atividade caracterizar-se por menor exigência, em termos de capital humano, que outras atividades como a indústria.

Os resultados mostram que o grau de ajuste do modelo apresenta-se satisfatório. O coeficiente de determinação (R²) indica que aproximadamente 75,98% das variações da renda são explicadas pelas variações no ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

O teste F realizado teve por hipótese nula que as variáveis explicativas conjuntamente, não afetam o produto e por hipótese alternativa que as variáveis explicativas, conjuntamente, afetam o produto ainda que uma das

variáveis não seja estatisticamente significativa. Pelos resultados encontrados, a 5% de significância rejeita-se H_0 . Com 95% de probabilidade as variáveis ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, conjuntamente, afetam a renda (produto) dos municípios.

Por tudo isso, pode-se afirmar que o modelo sugerido é aplicado a esse conjunto de municípios na medida que gerou resultados razoáveis dos pontos de vista da teoria econômica e das estatísticas de teste.

Buscando a determinação do nível de ensino que proporciona o maior impacto sobre a renda, foi utilizado um teste para decompor o coeficiente de determinação do modelo. Os resultados podem ser observados na Tabela 2:

Tabela 2: Resultados dos testes das contribuições marginais dos fatores, 2000.

ANO	CONTRIBUIÇÃO MARGINAL DAS VARIÁVEIS ($R^2 ? R_i^2$)			PARTICIPAÇÃO NA CONTRIBUIÇÃO TOTAL (%)		
	F	M	S	F	M	S
2000	0,0384	0,0661	0,0009	36,41	62,73	0,86

Nota: R_i^2 é o coeficiente de determinação da regressão com todas as variáveis, exceto a variável i.

Os resultados dos testes realizados confirmam a inferência feita a partir da análise dos coeficientes. A renda dos municípios analisados é mais sensível às variações no ensino médio, resultado coerente com a teoria do capital humano que preconiza que níveis mais elevados de ensino proporcionam níveis mais elevados de renda. O ensino superior praticamente não tem influência, dada sua quase completa ausência da amostra. Dos municípios selecionados, vinte foram excluídos por não possuírem nenhum aluno no ensino superior, fato mais uma vez justificado pelas características de determinação da amostra.

Quanto ao impacto do FUNDEF sobre o nível de matrículas no ensino fundamental, a Tabela 3 aponta resultados significativos e positivos.

Tabela 3: Atendimento no ensino fundamental (em termos médios), 1991 e 2000.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		
	Média das cidades selecionadas	Média do nordeste	Média brasileira
1991	53,6	66,4	74,7
2000	85,2	88,1	89,4
Variação (%)	59,0*	32,7*	19,7*

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud).
Os valores demarcados com * indicam cálculos da autora.

Embora em termos percentuais o ensino fundamental tenha crescido menos que outros níveis de ensino (o ensino médio cresceu na Bahia 197,8% no mesmo período), em termos absolutos é o nível de ensino que está mais próximo de atingir a universalização. Isto é amplamente favorável tanto em termos de cidadania, quanto em termos de produtividade do trabalho, visto que o ensino fundamental constitui-se base de acesso aos níveis de ensino que proporcionam maior retorno tanto privado quanto social e que um número maior de pessoas concluindo o ensino fundamental exerce pressão para a expansão dos outros níveis de ensino.

Destaca-se também o fato de que do período anterior ao FUNDEF, 1991, ao período posterior a sua criação, 2000, ocorreu uma diminuição na desigualdade quanto ao atendimento no ensino fundamental dos municípios rurais da Bahia em relação à média brasileira. Fato muito importante visto que, como expresso por Oliveira (2001), a diferença de oportunidade educacional geralmente constitui-se explicação plausível da desigualdade de renda.

Por fim, dado o aumento em termos médios no nível da renda de 1991 para 2000, na ordem de 48,8%, a Tabela 4 busca explorar os efeitos deste sobre a qualidade de vida da população.

Tabela 4: Composição e distribuição da renda - Bahia, 1991 e 2000.

ANO	APROPRIAÇÃO DA RENDA		População com mais de 50% da renda de transferências do governo
	10% mais ricos da população	20% mais pobres da população	
1991	43,6	3,9	8,5
2000	44,5	1,9	18,6
Variação (%)	2,1*	-51,3*	117,3*

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud)
Os valores demarcados com * indicam cálculos da autora.

De acordo com os dados percebe-se que os ricos tornaram-se ligeiramente mais ricos, visto o aumento de 2,1% na parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, e os pobres consideravelmente mais pobres, dada a diminuição de mais de 50% do total da renda apropriada pelos 20% mais pobres. Tal situação tem como reflexo a elevação do nível de dependência da parcela da população mais pobre em relação ao governo, verificada através do aumento de mais de 100% no número de pessoas que compõe sua renda com mais de 50% dos recursos provenientes de transferências. Este quadro é um indicativo de que o crescimento da renda não está melhorando o nível de vida da população como um todo.

6. Conclusões

A partir da análise dos resultados obtidos é possível afirmar que investir no ensino fundamental constitui-se um aspecto relevante para o crescimento econômico, visto ser considerado requisito para o ensino médio, nível ao qual a renda apresentou-se mais sensível no período analisado para este conjunto de municípios rurais da Bahia.

Outro aspecto de extrema importância, embora não relacionado diretamente ao crescimento econômico, refere-se ao cumprimento de uma determinação constitucional, ou seja, a garantia do ensino fundamental como promoção da cidadania.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, José Wellington Marinho. Financiamento e gestão democrática da escola pública. Revista da FAGED, Salvador, nº4, p. 143-156, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2002. Disponível em: www.pnud.org.br.

BLAUG, P. Introdução à economia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. Metodologia da Economia. São Paulo: ESUSP, 1999.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Investimento em educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IPEA, nov. de 1997. (Texto para discussão nº 525).

BARROS, Ricardo Paes de; *et al.* Determinantes do desempenho educacional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, out. de 2001. (Texto para discussão nº 834).

BARROS, Ricardo Paes de; *et al.* Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Rio de Janeiro: IPEA, jan. de 1997. (Texto para discussão nº 454).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami *et al.* Ensino Fundamental: diferenças regionais. Rio de Janeiro: IPEA, dez. de 2002. (Texto para discussão nº 935).

BAHIA. FUNDEF: Conheça e acompanhe. Salvador, 2001.

CÂNDIDO JÚNIOR, José Osvaldo. Os gastos no Brasil são produtivos? Brasília: IPEA, fev. de 2001. (Texto para discussão nº781)

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; VERHINE, Robert E. A descentralização da educação. Revista Sociedade e estado, nº 16, p. 299-321, 1999.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério (FUNDEF) e seu impacto no financiamento do Ensino Fundamental. Brasília: IPEA, nov. de 1998. (Texto para discussão nº 604).

CASTRO, Jorge Abrahão de. A reestruturação das políticas federais para o Ensino Fundamental: descentralização e novos mecanismos de gestão. Rio de Janeiro: IPEA, jul. de 2000. (Texto para discussão nº 745).

CASTRO, Jorge Abrahão de. (org.) Financiamento da educação no Brasil. Em aberto. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais nº 74, v. 18, Brasília, 2001.

CASTRO, Cláudio de Moura. Investimento em educação no Brasil: um estudo sócio-econômico de duas comunidades industriais. Monografia. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica. 4ª. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça; SOUZA, Vânia Pinheiro de. Orientações para normalização de trabalhos acadêmicos. 6ª. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

GARCIA, Fernando (org.) Distribuição da educação e da renda: o círculo vicioso da desigualdade na América Latina. In: Economia Social no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

GOMES, Cândido Alberto. Financiamento e descentralização da educação no Cone Sul e na Península Ibérica. Revista Planejamento e Políticas Públicas – IPEA, Brasília, v. 8, p. 67-90, dez. de 1992.

GOMES, Cândido Alberto; VERHINE Robert E. Financiamento do ensino público no Brasil: uma perspectiva político-econômico. Caderno CRH, Salvador, nº 24/25, p. 193-220, jan. /dez. de 1996.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, Willian E; JUDGE, George G. Econometria 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDEF – Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério: Manual de Orientação. 2ª. Edição. Brasília, 2000.

MEDEIROS, Elio da Silva; MEDEIROS, Ermes da Silva. Matemática e estatística aplicada. São Paulo: Atlas, 1999.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. O financiamento da educação no Brasil. Revista de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.72, nº 172, p. 262-290, set/dez de 1991.

MELLO, Ediruald de. Financiamento do Ensino Fundamental na escola pública e igualdade de oportunidade educacional. Revista Brasileira de Administração da Educação, Brasília, v. 8, nº 1, p. 73-83, jan/jun de 1992.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Educação hoje: Questões em debate. Revista Estudos Avançados. Edição especial: Dossiê Educação. São Paulo, v.15, nº42, p.82-88, 2001.

PEREIRA, Rodrigo Mendes. O ajustamento cíclico dos gastos públicos federais brasileiros. Brasília: IPEA, março de 1999. (texto para discussão nº 632)

PLANK, David N. Política Educacional no Brasil: Caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNAD. Relatório do desenvolvimento humano 2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Lisboa: Mensagem – Serviço de recursos editoriais Ltda, 2002.

RODRIGUEZ, A.; HERRÁN, C. Educação secundária no Brasil: chegou a hora. Washington D. C.: The World Bank, 2000.

SANTOS, Ednalva Maria Marinho dos et al. O texto científico: Diretrizes para elaboração e apresentação. 2ª. ed. atual. e aum. Salvador: UNYANA/Quarteto, 2002.

SELF, S. e GRABOWSKI, R. Does education at all levels cause growth? India, a case study. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 23, p. 47-55, 2004.

SHULTZ, T. O capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. Tradução Bazán Tecnologia Lingüística. São Paulo: Futura, 2002.

UNESCO. Financiamiento de la educación – inversiones y rendimientos: Analisis de los indicadores mundiales de la educación. Ediciones UNESCO, edición 2002. Disponível em: <<http://portal.Unesco.org>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2003.

VEIGA, José Eli. Conhecendo o Brasil Rural. Revista eletrônica Sebrae, [S.L.: S.N], 2003. Acesso em: 11 de abril de 2003. Disponível em: http://200.252.258.103/sites/revistasebrae/06/artigodecapa_03.htm.

VERHINE, R, E. Educação e o mercado de trabalho. In: CASTRO, N.; FLÁVIO, L. População, educação e emprego. Salvador: UFBA/CRH, 1982.

_____. Educação e mercado de trabalho: implicações teóricas e dados baianos. Revista da FAEBA, Salvador, nº 4, p. 25-38, 1995.

_____. Determinação dos custos educacionais: uma análise panorâmica do estado da arte. Revista Educação, Porto Alegre, nº 35, p. 107-121, ago. de 1998.

_____. A gestão do financiamento da educação básica: um estudo longitudinal e comparativo no contexto do estado da Bahia. Em Aberto, Brasília, nº 19, p. 98-112, 2002.

VERHINE, Robert E.; PLANK David N. Financiamento da Educação Básica: Um estudo de receitas e gastos das redes municipais de ensino na Bahia. In: Políticas Municipais de Educação. Salvador: Editora da UFBA, 1996.

WORLD BANK. Brazil: higher education sector study. Washington D. C: IRDB, 2001. (Relatório não publicado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação na contemporaneidade certamente pode ser considerada requisito para o desenvolvimento. Como se constatou a partir dos resultados para os municípios considerados neste estudo, a despeito de suas características rurais, investir em educação constitui-se uma forma de potencializar os demais recursos.

Como preconizado pela teoria do capital humano, pode-se inferir que a educação é a maneira primordial de se adquirir habilidades e conhecimentos capazes de aumentar a produtividade do trabalho, otimizando a apropriação dos recursos produtivos.

Desta forma, no primeiro capítulo foi possível perceber que a renda média dos municípios cresceu quase 50% passando de R\$1.064.663,00 para R\$1.581.209,00 em nove anos. E ainda que tal crescimento relaciona-se ao aumento do número de trabalhadores disponíveis na economia, em aproximadamente 18%, e principalmente a qualidade destes, visto que uma elevação de 65% no estoque de capital humano no período indica um incremento considerável na escolaridade média da população economicamente ativa dos municípios analisados.

Tal resultado é corroborado pelos obtidos por Lau *et al* (1993) que indicam que em países em desenvolvimento a elasticidade da renda em relação ao trabalho assume valor entre 0,3 e 0,4, de forma que qualquer crescimento do produto que exceda 2% ao ano deve ser atribuído ao crescimento do capital, físico e humano, e ao progresso técnico.

Neste estudo, a elasticidade encontrada para o trabalho apresenta-se coerente com a teoria, em torno de 0,4. Quanto ao produto o crescimento médio (acumulado) dos últimos nove anos foi de 48,8%, isto, desconsiderando as variações cíclicas, indicaria um crescimento de aproximadamente 5,3% a.a.

Como a *proxy* para capital apresentou queda, pode-se inferir que o crescimento do produto no período decorre basicamente ao crescimento da escolaridade média da força de trabalho e da tecnologia.

Vale ressaltar, que dada a indisponibilidade de dados desagregados por municípios, limitante para a construção de séries temporais, constitui-se uma restrição para aprofundamento de estudos desta natureza.

Outrossim, a partir dos resultados encontrados pode-se inferir, que dentre os fatores que explicam o nível do produto nos municípios rurais da Bahia analisados, a educação influencia-o positivamente. O estudo também aponta, com base no aumento da inelasticidade do nível do produto em relação ao capital humano, que para se obter, através da educação, um incremento no produto em 2000 proporcional ao obtido em 1991, o investimento em educação deverá assumir proporções relativamente mais substanciais.

Os resultados também indicam que o FUNDEF tem desempenhado papel importante para o crescimento econômico, visto que em 1991 somente 54,7% da população em idade de 7 a 14 anos tinha acesso ao ensino fundamental e em 2000 o percentual de crianças atendidas era de 85,4%, um aumento de 56,1% no período. Isto porque se constatou que investir no ensino fundamental constitui-se um aspecto relevante do crescimento econômico, visto ser considerado requisito para o ensino médio, nível ao qual a renda apresentou-se mais sensível no período analisado para este conjunto de municípios rurais da Bahia.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido apresenta novas perspectivas de estudos sobre o crescimento econômico através do impacto dos investimentos no ensino superior em municípios não-rurais, visto que a teoria demonstra que tal nível de ensino proporciona maiores taxas de retorno.

Outro aspecto de extrema importância, embora não relacionado diretamente ao crescimento econômico, refere-se ao cumprimento da determinação legal, imposta pela constituição, de ampliação da cidadania através da garantia do ensino fundamental.

Nota-se ainda, que a renda média dos municípios rurais cresceu no período considerado, porém o índice de concentração desta, denotado pelo índice de gini, elevou-se discretamente, como também o nível de dependência da população menos favorecida em relação ao governo. Decorre-se que o

crescimento não se traduziu em melhoria da qualidade de vida das populações dos municípios analisados.

Por fim, resta salientar, como argumentado por Cabugeira (2002) dentre outros autores, que os anos 80 puseram em relevo a extraordinária complexidade das relações entre educação e desenvolvimento.

Atualmente tornou-se claro que esta relação não é abstrata, mas está condicionada por múltiplas variáveis. Tal complexidade não elimina a relação entre educação e desenvolvimento, mas a obscurece através de fatores como riqueza relativa do país, estrutura social, crescimento demográfico e o próprio sistema educacional.

Outro aspecto importante a ser considerado é a educação ser um fenômeno de análise defasada, de forma que os investimentos realizados mais consistentemente em educação a partir dos anos noventa possivelmente serão percebidos com maior intensidade a partir da próxima década.

Referências Bibliográficas

CABUGUEIRA, Arthur C. C. Martins. Contributos Reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento. Universidade Católica Portuguesa: Gestão e Desenvolvimento, nº 11: 193-233, 2002. Disponível em http://www.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/livros_gestao.htm. Acesso em: 03/08/2004.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. Estratégia de desenvolvimento. Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº 10, p.141-171, 1993.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Investimento em educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IPEA, nov. de 1997. (Texto para discussão nº 525).

BAHIA. FUNDEF: Conheça e acompanhe. Salvador, 2001.

JONES, Charles I. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LAU, L.; JAMISON, D.; LIU, S.; RIVKIN, S. Education and economic growth: some cross-sectional evidence from Brazil. Journal of Development Economics, North-Holland, nº41, p. 45-70, 1993.

LIN, T. C. Education, Technical progress and economic growth: the case of Taiwan. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 22, p. 213-220, march, 2003.

McMAHON, W. Education and economic growth no leste asiático. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 17, p. 159-172, 1998.

PLANK, David N. Política Educacional no Brasil: Caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNAD. Relatório do desenvolvimento humano 2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Lisboa: Mensagem – Serviço de recursos editoriais Ltda, 2002.

SELF, S. e GRABOWSKI, R. Does education at all levels cause growth? India, a case study. Economics of Education Review, Los Angeles, nº 23, p. 47-55, 2004.

SHULTZ, T. O capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VERHINE, Robert E.; PLANK David N. Financiamento da Educação Básica: Um estudo de receitas e gastos das redes municipais de ensino na Bahia. In: Políticas Municipais de Educação. Salvador: Editora da UFBA, 1996.

ANEXOS

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 1 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
290010	Abaira (BA)	611.117	925.831	51,5	1.089	1.378	26,5	4.847	5.758	18,8	122.123	199.735	63,6
290020	Abaré (BA)	842.303	1.090.202	29,4	2.910	1.442	-50,4	5.749	7.783	35,4	165.072	269.907	63,5
290030	Acajutiba (BA)	894.586	1.149.770	28,5	2.905	2.806	-3,4	6.642	8.218	23,7	179.632	289.456	61,1
290035	Ajustina (BA)	774.430	1.227.255	58,5	532	1.090	104,9	7.223	8.256	14,3	137.972	231.816	68,0
290040	Água Fria (BA)	557.172	855.852	53,6	897	954	6,4	6.737	8.143	20,9	139.689	241.738	73,1
290060	Aiquara (BA)	408.886	457.834	12,0	1.161	551	-52,5	3.280	3.076	-6,2	75.101	111.079	47,9
290080	Alcobaça (BA)	1.277.625	2.437.567	90,8	4.122	4.382	6,3	8.119	12.141	49,5	192.582	431.245	123,9
290090	Almadina (BA)	435.874	668.113	53,3	1.268	908	-28,4	5.217	4.641	-11,0	113.723	150.544	32,4
290100	Amargosa (BA)	2.153.798	3.844.016	78,5	6.202	6.959	12,2	14.989	18.529	23,6	439.759	712.386	62,0
290115	América Dourada (BA)	1.019.844	1.038.133	1,8	4.476	1.979	-55,8	8.302	9.287	11,9	198.322	291.570	47,0
290120	Anagé (BA)	1.901.053	1.923.856	1,2	1.164	1.503	29,1	22.472	19.124	-14,9	455.835	508.161	11,5
290130	Andaraí (BA)	903.383	1.143.764	26,6	2.702	1.167	-56,8	6.873	7.571	10,2	158.298	254.453	60,7
290135	Andorinha (BA)	926.493	1.202.925	29,8	8.473	1.107	-86,9	9.516	9.496	-0,2	195.930	289.632	47,8
290140	Angical (BA)	958.786	1.050.533	9,6	1.597	2.470	54,7	8.179	8.692	6,3	192.353	275.666	43,3
290150	Anguera (BA)	413.383	628.009	51,9	1.009	1.144	13,4	4.162	5.450	30,9	103.989	191.065	83,7
290160	Antas (BA)	1.122.193	1.405.759	25,3	2.487	1.986	-20,1	9.406	8.762	-6,8	218.872	290.528	32,7
290170	Antônio Cardoso (BA)	476.003	855.697	79,8	1.017	842	-17,2	5.559	6.570	18,2	127.442	214.108	68,0
290180	Antônio Gonçalves (BA)	671.148	749.298	11,6	1.332	1.266	-5,0	7.471	5.669	-24,1	179.629	203.985	13,6
290190	Aporá (BA)	896.192	1.204.853	34,4	1.500	2.034	35,6	8.298	9.603	15,7	188.618	285.253	51,2
290195	Apuarema (BA)	376.921	536.566	42,4	677	748	10,5	3.910	4.132	5,7	78.765	133.269	69,2
290205	Araçás (BA)	478.469	686.037	43,4	1.077	1.223	13,6	4.243	6.159	45,2	97.105	211.439	117,7
290200	Aracatu (BA)	563.199	1.049.980	86,4	657	809	23,1	8.370	9.419	12,5	183.812	292.136	58,9
290210	Araci (BA)	1.856.261	2.818.876	51,9	40.970	4.392	-89,3	22.880	26.024	13,7	515.378	758.608	47,2
290220	Aramari (BA)	473.814	877.196	85,1	1.406	1.325	-5,8	4.004	5.536	38,3	113.676	195.279	71,8
290225	Arataca (BA)	596.777	820.821	37,5	2.309	965	-58,2	6.721	6.497	-3,3	144.978	201.699	39,1
290230	Aratuípe (BA)	475.377	655.813	38,0	1.123	990	-11,8	4.012	4.795	19,5	98.177	164.670	67,7
290240	Aurelino Leal (BA)	835.949	1.083.988	29,7	2.834	1.876	-33,8	7.971	9.746	22,3	199.623	305.453	53,0

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 2 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
290250	Baianópolis (BA)	648.022	936.565	44,5	711	836	17,6	7.237	7.297	0,8	154.364	227.244	47,2
290260	Baixa Grande (BA)	881.586	1.499.347	70,1	1.966	1.898	-3,5	11.099	11.606	4,6	256.573	389.127	51,7
290265	Banzaê (BA)	617.419	787.279	27,5	1.004	1.420	41,4	5.998	6.457	7,7	123.789	204.836	65,5
290270	Barra (BA)	1.771.367	2.491.723	40,7	4.622	4.782	3,5	18.987	23.487	23,7	516.164	762.684	47,8
290280	Barra da Estiva (BA)	1.020.273	2.350.150	130,3	2.070	2.380	15,0	8.725	14.796	69,6	194.588	452.535	132,6
290290	Barra do Choça (BA)	1.687.901	2.928.692	73,5	5.511	3.768	-31,6	12.960	25.435	96,3	267.739	731.540	173,2
290300	Barra do Mendes (BA)	988.542	1.221.089	23,5	2.591	2.214	-14,6	7.517	8.106	7,8	214.216	302.406	41,2
290310	Barra do Rocha (BA)	465.701	626.139	34,5	1.570	595	-62,1	4.964	4.761	-4,1	106.590	160.541	50,6
290323	Barro Alto (BA)	723.902	923.319	27,5	1.375	1.467	6,7	6.474	7.237	11,8	145.995	233.428	59,9
290330	Barro Preto (BA)	395.417	723.084	82,9	1.607	877	-45,4	5.993	5.284	-11,8	134.664	186.583	38,6
290340	Belmonte (BA)	1.544.679	2.298.071	48,8	5.563	3.679	-33,9	11.200	11.443	2,2	274.314	403.443	47,1
290350	Belo Campo (BA)	885.089	1.738.488	96,4	1.620	2.120	30,9	7.657	10.816	41,3	160.018	331.742	107,3
290360	Biritinga (BA)	815.504	1.156.200	41,8	8.233	822	-90,0	7.547	8.326	10,3	171.013	264.002	54,4
290370	Boa Nova (BA)	655.263	1.118.210	70,7	1.450	1.084	-25,2	6.967	11.518	65,3	132.678	308.573	132,6
290380	Boa Vista do Tupim (BA)	1.457.227	1.087.361	-25,4	2.351	1.458	-38,0	8.390	10.013	19,3	173.536	325.133	87,4
290390	Bom Jesus da Lapa (BA)	3.919.247	6.824.938	74,1	18.403	11.454	-37,8	24.762	32.053	29,4	777.546	1.268.155	63,1
290395	Bom Jesus da Serra (BA)	475.100	552.405	16,3	238	414	73,9	5.447	6.159	13,1	99.991	178.729	78,7
290400	Boninal (BA)	779.152	957.005	22,8	1.188	1.525	28,4	7.458	7.128	-4,4	165.554	237.864	43,7
290405	Bonito (BA)	696.360	984.939	41,4	2.839	1.304	-54,1	5.609	7.187	28,1	123.928	201.858	62,9
290410	Boquira (BA)	1.118.613	1.790.031	60,0	4.979	2.600	-47,8	10.387	12.879	24,0	259.492	450.571	73,6
290420	Botuporã (BA)	358.787	643.273	79,3	456	793	73,9	5.461	6.869	25,8	122.912	216.648	76,3
290430	Brejões (BA)	772.158	1.536.088	98,9	3.098	2.071	-33,2	6.680	9.054	35,5	156.100	307.441	97,0
290440	Brejolândia (BA)	595.626	540.440	-9,3	881	923	4,8	6.226	5.528	-11,2	148.624	181.939	22,4
290450	Brotas de Macaúbas (BA)	726.129	833.232	14,7	932	1.319	41,5	7.470	7.433	-0,5	178.276	241.749	35,6
290475	Buritirama (BA)	482.501	721.134	49,5	480	1.949	306,0	5.810	9.465	62,9	114.655	308.630	169,2
290480	Caatiba (BA)	627.902	1.059.662	68,8	878	795	-9,5	4.961	10.034	102,3	110.768	299.759	170,6
290485	Cabaceiras do Paraguaçu (BA)	565.671	1.004.181	77,5	940	1.439	53,1	7.035	8.456	20,2	154.572	260.002	68,2

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 3 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
290490	Cachoeira (BA)	2.352.879	3.633.800	54,4	10.603	6.792	-35,9	15.237	18.899	24,0	526.804	840.521	59,6
290500	Caçulê (BA)	1.237.934	2.952.002	138,5	3.609	3.945	9,3	10.014	12.624	26,1	287.600	461.786	60,6
290510	Caém (BA)	727.772	826.897	13,6	1.034	1.367	32,2	9.181	7.521	-18,1	231.435	247.872	7,1
290515	Caetanos (BA)	507.498	806.266	58,9	208	460	121,2	5.660	8.187	44,6	104.569	219.108	109,5
290520	Caetitê (BA)	2.879.094	4.880.993	69,5	6.707	6.964	3,8	22.211	27.118	22,1	593.193	1.030.265	73,7
290530	Cafarnaum (BA)	1.023.654	1.378.183	34,6	1.450	1.822	25,7	9.124	9.215	1,0	178.151	299.484	68,1
290540	Cairu (BA)	1.046.777	973.387	-7,0	2.334	3.071	31,6	8.725	6.945	-20,4	203.278	232.390	14,3
290550	Caldeirão Grande (BA)	865.397	694.639	-19,7	1.214	803	-33,9	8.613	6.444	-25,2	201.214	209.998	4,4
290560	Camacan (BA)	3.397.230	3.321.953	-2,2	10.671	5.219	-51,1	18.935	18.099	-4,4	492.061	666.142	35,4
290580	Camamu (BA)	1.888.218	2.662.585	41,0	5.798	3.589	-38,1	16.200	18.496	14,2	372.718	605.911	62,6
290590	Campo Alegre de Lourdes (BA)	1.491.738	1.738.689	16,6	1.295	1.738	34,2	13.121	15.652	19,3	291.243	448.189	53,9
290610	Canápolis (BA)	389.802	753.524	93,3	751	775	3,2	4.927	5.645	14,6	116.973	185.066	58,2
290620	Canarana (BA)	1.613.022	1.900.887	17,8	3.209	2.937	-8,5	10.127	12.890	27,3	295.191	408.190	38,3
290630	Canavieiras (BA)	2.209.631	4.273.256	93,4	8.555	6.603	-22,8	17.929	21.287	18,7	471.045	730.157	55,0
290640	Candeal (BA)	559.465	729.623	30,4	1.001	985	-1,6	5.749	6.249	8,7	158.503	223.223	40,8
290660	Candiba (BA)	659.125	918.393	39,3	1.609	1.278	-20,6	7.037	7.553	7,3	179.263	262.160	46,2
290670	Cândido Sales (BA)	1.622.421	3.159.573	94,7	4.357	4.404	1,1	13.119	17.767	35,4	295.892	581.422	96,5
290680	Cansanção (BA)	2.204.311	1.798.616	-18,4	2.918	2.870	-1,6	15.946	18.121	13,6	346.231	519.076	49,9
290682	Canudos (BA)	728.285	1.036.203	42,3	1.424	1.568	10,1	7.307	8.061	10,3	177.553	268.711	51,3
290685	Capela do Alto Alegre (BA)	1.289.936	1.243.579	-3,6	1.219	1.326	8,8	9.653	7.163	-25,8	235.580	230.959	-2,0
290687	Capim Grosso (BA)	1.293.366	2.536.400	96,1	3.421	4.161	21,6	10.454	14.365	37,4	265.859	480.601	80,8
290689	Caraíbas (BA)	795.058	1.275.114	60,4	168	514	206,0	7.565	10.567	39,7	165.405	284.707	72,1
290690	Caravelas (BA)	1.408.278	3.713.627	163,7	6.096	3.852	-36,8	10.363	11.750	13,4	246.919	432.303	75,1
290700	Cardeal da Silva (BA)	327.424	560.934	71,3	1.158	921	-20,5	3.043	4.326	42,2	73.367	145.585	98,4
290710	Carinhanha (BA)	1.239.903	1.764.771	42,3	2.612	2.815	7,8	12.810	15.284	19,3	307.986	516.166	67,6
290720	Casa Nova (BA)	3.653.832	4.946.595	35,4	24.544	5.132	-79,1	25.210	32.906	30,5	616.164	1.057.969	71,7
290730	Castro Alves (BA)	1.726.859	2.046.669	18,5	5.803	4.681	-19,3	13.899	14.969	7,7	377.789	536.700	42,1

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 4 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
290740	Catolândia (BA)	187.011	216.100	15,6	279	279	0,0	1.657	1.884	13,7	40.792	64.918	59,1
290755	Caturama (BA)	648.680	551.405	-15,0	302	605	100,3	4.958	5.365	8,2	107.419	179.428	67,0
290760	Central (BA)	1.196.457	1.390.881	16,2	2.306	2.311	0,2	9.699	10.038	3,5	242.926	383.533	57,9
290770	Chorrochó (BA)	540.841	695.696	28,6	1.388	1.076	-22,5	4.930	5.779	17,2	134.602	205.655	52,8
290780	Cícero Dantas (BA)	1.896.454	3.185.583	68,0	5.835	4.832	-17,2	15.353	18.750	22,1	368.046	591.798	60,8
290810	Cocos (BA)	1.058.394	1.459.952	37,9	2.530	1.816	-28,2	8.417	10.393	23,5	179.452	319.923	78,3
290830	Conceição do Almeida (BA)	1.340.401	1.793.236	33,8	4.652	3.041	-34,6	9.963	11.534	15,8	281.066	422.641	50,4
290860	Conde (BA)	861.388	1.611.611	87,1	3.383	3.735	10,4	7.943	11.105	39,8	191.042	362.600	89,8
290870	Condeúba (BA)	1.629.971	1.938.970	19,0	1.547	1.963	26,9	9.402	10.710	13,9	204.757	321.175	56,9
290880	Contendas do Sincorá (BA)	350.938	414.674	18,2	850	613	-27,9	2.528	2.570	1,7	66.061	88.670	34,2
290890	Coração de Maria (BA)	1.432.486	2.205.547	54,0	3.140	3.178	1,2	11.246	14.134	25,7	305.507	504.952	65,3
290900	Cordeiros (BA)	549.089	689.113	25,5	589	647	9,8	5.578	4.901	-12,1	115.597	150.887	30,5
290910	Coribe (BA)	1.086.326	845.713	-22,1	3.511	1.797	-48,8	7.698	9.163	19,0	197.803	294.529	48,9
290920	Coronel João Sá (BA)	953.623	1.119.725	17,4	889	1.218	37,0	9.074	11.183	23,2	156.899	304.053	93,8
290930	Correntina (BA)	1.948.588	2.769.902	42,1	4.273	3.181	-25,6	14.932	18.150	21,6	353.202	651.558	84,5
290940	Cotegipe (BA)	646.214	1.022.041	58,2	1.315	1.249	-5,0	6.032	7.504	24,4	135.120	239.839	77,5
290950	Cravolândia (BA)	215.326	387.177	79,8	982	559	-43,1	2.280	2.889	26,7	51.054	103.449	102,6
290960	Crisópolis (BA)	1.166.407	1.527.148	30,9	1.640	2.073	26,4	8.697	10.992	26,4	179.961	285.898	58,9
290970	Cristópolis (BA)	868.419	960.159	10,6	1.276	1.122	-12,1	6.249	7.574	21,2	148.896	264.774	77,8
290990	Curaçá (BA)	1.745.886	2.744.221	57,2	11.065	3.619	-67,3	12.758	16.675	30,7	326.698	576.056	76,3
291000	Dário Meira (BA)	568.510	838.276	47,5	1.339	1.061	-20,8	6.652	8.612	29,5	138.246	255.553	84,9
291010	Dom Basílio (BA)	640.429	942.601	47,2	2.299	1.186	-48,4	5.437	6.485	19,3	124.369	198.958	60,0
291020	Dom Macedo Costa (BA)	197.308	336.683	70,6	767	385	-49,8	2.065	2.319	12,3	49.445	83.906	69,7
291030	Elísio Medrado (BA)	506.321	803.764	58,7	1.362	1.457	7,0	4.073	4.765	17,0	97.931	154.702	58,0
291040	Encruzilhada (BA)	1.240.064	2.641.493	113,0	3.673	2.116	-42,4	11.456	20.312	77,3	244.030	553.014	126,6
291050	Entre Rios (BA)	1.913.651	4.113.676	115,0	9.987	7.396	-25,9	14.375	21.869	52,1	385.213	781.879	103,0
290050	Érico Cardoso (BA)	624.397	903.974	44,8	770	1.121	45,6	6.387	7.208	12,9	94.655	197.911	109,1

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 5 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
291060	Esplanada (BA)	1.893.760	2.265.536	19,6	7.189	5.154	-28,3	11.964	15.300	27,9	330.797	543.401	64,3
291075	Fátima (BA)	807.759	1.548.743	91,7	1.452	1.621	11,6	9.585	10.717	11,8	196.706	301.706	53,4
291077	Feira da Mata (BA)	524.693	476.853	-9,1	438	457	4,3	3.373	3.812	13,0	75.179	135.667	80,5
291085	Filadélfia (BA)	792.260	938.449	18,5	1.388	1.338	-3,6	8.745	10.066	15,1	180.483	338.164	87,4
291090	Firmino Alves (BA)	418.422	500.146	19,5	1.092	707	-35,3	2.917	3.065	5,1	79.428	106.569	34,2
291100	Floresta Azul (BA)	837.376	1.024.819	22,4	2.815	1.546	-45,1	7.223	6.950	-3,8	200.838	238.929	19,0
291110	Formosa do Rio Preto (BA)	1.647.259	2.149.206	30,5	1.827	1.914	4,8	7.479	10.379	38,8	215.350	337.250	56,6
291125	Gavião (BA)	585.456	376.507	-35,7	485	484	-0,2	3.541	2.838	-19,9	82.676	96.312	16,5
291130	Gentio do Ouro (BA)	1.008.021	594.001	-41,1	1.213	1.034	-14,8	6.095	5.885	-3,4	135.600	183.183	35,1
291140	Glória (BA)	782.868	1.143.901	46,1	4.139	2.013	-51,4	6.678	8.732	30,8	149.045	276.920	85,8
291150	Gongogi (BA)	401.452	641.105	59,7	1.609	1.200	-25,4	4.383	5.996	36,8	103.053	187.479	81,9
291165	Guajeru (BA)	536.277	1.084.770	102,3	354	517	46,0	4.567	7.921	73,4	90.125	211.459	134,6
291180	Guaratinga (BA)	2.232.448	1.968.623	-11,8	3.169	2.256	-28,8	13.056	14.251	9,2	280.863	425.954	51,7
291185	Heliópolis (BA)	542.976	1.008.267	85,7	809	1.306	61,4	6.179	7.582	22,7	125.984	214.786	70,5
291190	laçu (BA)	1.470.066	2.494.693	69,7	11.304	4.421	-60,9	12.748	16.023	25,7	312.373	568.346	81,9
291200	Ibiassucê (BA)	885.211	1.338.217	51,2	1.122	2.313	106,1	6.872	8.271	20,4	160.155	267.807	67,2
291220	Ibicoara (BA)	412.129	1.739.852	322,2	1.002	997	-0,5	4.480	8.738	95,0	101.368	248.884	145,5
291230	Ibicuí (BA)	1.374.248	1.734.086	26,2	2.738	2.207	-19,4	8.398	9.105	8,4	209.009	299.340	43,2
291240	Ibipeba (BA)	1.177.295	1.311.300	11,4	2.302	2.026	-12,0	9.968	9.476	-4,9	246.926	329.437	33,4
291250	Ibipitanga (BA)	821.190	1.209.052	47,2	560	867	54,8	7.191	8.026	11,6	143.906	228.782	59,0
291260	Ibiquera (BA)	302.467	318.875	5,4	624	454	-27,2	2.868	2.628	-8,4	64.211	83.551	30,1
291270	Ibirapitanga (BA)	1.327.683	1.563.922	17,8	5.143	2.250	-56,3	13.215	12.120	-8,3	294.891	378.150	28,2
291280	Ibirapuã (BA)	626.641	850.810	35,8	1.708	1.104	-35,4	4.534	4.362	-3,8	118.174	146.417	23,9
291300	Ibitiara (BA)	836.624	1.177.249	40,7	974	1.245	27,8	9.530	8.556	-10,2	222.253	266.545	19,9
291310	Ibititá (BA)	1.109.006	1.510.287	36,2	3.125	2.328	-25,5	9.562	10.880	13,8	246.117	358.984	45,9
291320	Ibotirama (BA)	1.705.458	3.413.461	100,1	5.585	4.644	-16,8	12.145	14.283	17,6	327.898	560.428	70,9
291330	Ichu (BA)	505.187	544.926	7,9	866	892	3,0	4.836	3.410	-29,5	157.513	142.415	-9,6

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 6 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
291340	Igaporã (BA)	807.263	1.453.662	80,1	1.851	1.387	-25,1	7.593	8.919	17,5	200.423	327.315	63,3
291345	Igrapiúna (BA)	720.221	955.196	32,6	306	435	42,2	6.374	8.214	28,9	139.375	245.229	75,9
291350	Iguai (BA)	1.531.654	2.228.129	45,5	3.019	2.813	-6,8	12.168	14.929	22,7	263.085	464.975	76,7
291370	Inhambupe (BA)	1.473.156	2.331.613	58,3	4.469	3.837	-14,1	13.241	16.731	26,4	320.121	547.818	71,1
291380	Ipecaetá (BA)	895.440	1.251.147	39,7	444	634	42,8	8.356	10.499	25,6	168.722	325.080	92,7
291410	Ipupiara (BA)	489.110	753.999	54,2	1.041	1.405	35,0	4.444	5.235	17,8	112.270	175.506	56,3
291420	Irajuba (BA)	313.633	467.798	49,2	709	686	-3,2	3.286	3.654	11,2	69.905	108.392	55,1
291430	Iramaia (BA)	793.218	1.194.131	50,5	2.063	1.268	-38,5	8.933	10.548	18,1	200.782	347.791	73,2
291440	Iraquara (BA)	852.511	1.311.064	53,8	2.316	2.115	-8,7	8.817	10.276	16,5	228.102	343.918	50,8
291465	Itabela (BA)	1.562.558	2.600.861	66,4	4.052	5.069	25,1	10.894	14.934	37,1	264.719	487.528	84,2
291490	Itacaré (BA)	1.463.053	1.534.764	4,9	1.893	2.330	23,1	9.294	10.219	10,0	200.945	323.573	61,0
291500	Itaeté (BA)	637.745	844.982	32,5	2.069	1.471	-28,9	6.960	7.566	8,7	143.603	237.746	65,6
291510	Itagi (BA)	739.198	1.270.090	71,8	2.016	1.793	-11,1	7.170	8.307	15,9	165.257	299.244	81,1
291520	Itagibá (BA)	1.074.070	1.295.514	20,6	3.325	1.931	-41,9	10.309	10.260	-0,5	258.483	353.155	36,6
291530	Itagimirim (BA)	667.477	1.057.963	58,5	1.772	1.269	-28,4	4.135	4.770	15,4	101.055	173.316	71,5
291535	Itaguaçu da Bahia (BA)	450.242	744.924	65,4	1.358	809	-40,4	6.748	6.293	-6,7	181.458	181.624	0,1
291540	Itaju do Colônia (BA)	474.088	796.567	68,0	2.202	1.132	-48,6	5.145	5.053	-1,8	130.314	168.057	29,0
291550	Itajuípe (BA)	1.842.650	2.202.251	19,5	6.586	4.241	-35,6	13.698	13.671	-0,2	407.670	503.376	23,5
291570	Itamarí (BA)	674.865	825.351	22,3	1.717	1.026	-40,2	4.564	4.973	9,0	116.175	162.394	39,8
291580	Itambé (BA)	1.735.930	2.386.556	37,5	4.764	3.549	-25,5	12.782	18.650	45,9	333.979	574.178	71,9
291590	Itanagra (BA)	276.539	462.462	67,2	1.098	659	-40,0	2.652	3.451	30,1	60.999	106.383	74,4
291600	Itanhém (BA)	2.208.001	2.553.040	15,6	5.297	3.724	-29,7	12.882	12.826	-0,4	343.198	459.878	34,0
291620	Itapé (BA)	660.490	1.153.992	74,7	2.218	1.435	-35,3	8.255	9.179	11,2	200.545	319.892	59,5
291630	Itapebi (BA)	661.024	979.199	48,1	2.528	1.617	-36,0	5.556	6.435	15,8	123.870	203.923	64,6
291650	Itapicuru (BA)	1.461.487	1.716.201	17,4	2.638	2.203	-16,5	12.960	15.253	17,7	245.832	411.606	67,4
291660	Itapitanga (BA)	745.016	862.952	15,8	1.577	1.275	-19,2	5.488	6.340	15,5	142.518	222.901	56,4
291670	Itaquara (BA)	374.437	651.362	74,0	1.320	866	-34,4	3.631	4.457	22,7	76.286	135.027	77,0

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 7 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
291680	Itarantim (BA)	901.085	1.671.315	85,5	3.226	2.540	-21,3	9.618	10.580	10,0	239.392	369.030	54,2
291685	Itatim (BA)	584.671	1.159.256	98,3	1.770	1.970	11,3	5.196	7.416	42,7	118.543	239.710	102,2
291690	Itiruçu (BA)	789.885	1.509.158	91,1	2.758	2.108	-23,6	6.674	8.138	21,9	166.670	278.298	67,0
291700	Itiúba (BA)	2.107.184	2.438.250	15,7	3.498	3.160	-9,7	17.378	19.939	14,7	383.677	614.035	60,0
291710	Itororó (BA)	1.451.698	2.157.101	48,6	6.547	3.865	-41,0	10.844	12.021	10,9	303.222	428.549	41,3
291720	Ituaçu (BA)	1.147.734	1.991.346	73,5	1.710	1.588	-7,1	8.573	10.296	20,1	203.678	287.361	41,1
291730	Ituberá (BA)	1.229.952	2.293.842	86,5	7.400	4.215	-43,0	10.951	14.078	28,6	295.330	482.225	63,3
291733	Iuiú (BA)	708.243	773.564	9,2	4.512	935	-79,3	5.712	6.091	6,6	131.270	199.500	52,0
291735	Jaborandi (BA)	633.122	643.309	1,6	503	562	11,7	6.084	6.159	1,2	145.555	200.774	37,9
291740	Jacaraci (BA)	772.081	1.197.872	55,1	1.015	1.204	18,6	7.810	8.397	7,5	172.709	268.432	55,4
291760	Jaguaquara (BA)	2.990.697	5.344.631	78,7	11.377	7.874	-30,8	21.150	27.363	29,4	524.504	935.143	78,3
291770	Jaguarari (BA)	2.201.357	2.976.121	35,2	7.317	5.286	-27,8	17.108	16.814	-1,7	464.620	611.191	31,5
291780	Jaguaripe (BA)	912.056	980.880	7,5	3.577	1.604	-55,2	7.225	7.757	7,4	165.344	249.010	50,6
291810	Jeremoabo (BA)	2.656.826	2.787.693	4,9	5.599	4.374	-21,9	20.093	20.085	0,0	438.296	616.374	40,6
291820	Jiquiriça (BA)	699.310	1.247.877	78,4	1.845	1.759	-4,7	5.949	8.107	36,3	133.085	266.094	99,9
291830	Jitaúna (BA)	1.130.707	1.485.711	31,4	2.604	1.725	-33,8	11.030	12.920	17,1	259.111	413.947	59,8
291835	João Dourado (BA)	1.262.355	1.864.835	47,7	5.750	3.130	-45,6	10.030	11.555	15,2	245.107	403.459	64,6
291845	Jucuruçu (BA)	741.676	1.012.315	36,5	386	609	57,8	7.983	7.108	-11,0	153.853	203.242	32,1
291850	Jussara (BA)	909.844	1.155.333	27,0	2.423	1.750	-27,8	7.961	8.964	12,6	170.789	292.135	71,1
291855	Jussari (BA)	438.831	674.524	53,7	1.645	1.059	-35,6	4.519	4.544	0,6	108.689	162.186	49,2
291860	Jussiape (BA)	790.702	989.420	25,1	1.172	1.222	4,3	5.990	6.768	13,0	165.396	251.544	52,1
291870	Lafaiete Coutinho (BA)	210.330	330.990	57,4	383	497	29,8	2.709	2.540	-6,2	56.115	77.478	38,1
291875	Lagoa Real (BA)	488.082	773.559	58,5	289	523	81,0	5.806	7.439	28,1	115.263	218.028	89,2
291880	Laje (BA)	1.389.863	1.931.679	39,0	2.577	3.714	44,1	9.453	11.639	23,1	208.032	391.007	88,0
291890	Lajedão (BA)	493.400	505.248	2,4	1.797	821	-54,3	2.208	2.107	-4,6	60.209	73.349	21,8
291900	Lajedinho (BA)	255.972	259.379	1,3	356	261	-26,7	3.397	2.474	-27,2	70.062	73.241	4,5
291905	Lajedo do Tabocal (BA)	338.371	715.716	111,5	884	846	-4,3	3.746	4.843	29,3	75.014	169.607	126,1

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 8 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
291910	Lamarão (BA)	449.018	742.889	65,4	557	530	-4,8	5.081	5.619	10,6	113.989	165.600	45,3
291915	Lapão (BA)	1.384.650	2.523.638	82,3	5.538	3.676	-33,6	11.310	14.941	32,1	301.131	490.993	63,0
291930	Lençóis (BA)	598.757	1.068.309	78,4	2.060	1.676	-18,6	3.698	5.059	36,8	100.636	204.490	103,2
291940	Licínio de Almeida (BA)	1.049.208	1.415.319	34,9	1.999	1.782	-10,9	7.668	7.594	-1,0	196.953	264.214	34,2
291950	Livramento do Brumado (BA)	2.759.621	4.338.653	57,2	5.597	7.541	34,7	18.676	23.565	26,2	545.161	851.642	56,2
291960	Macajuba (BA)	498.172	727.796	46,1	1.519	1.124	-26,0	5.096	6.386	25,3	111.350	181.324	62,8
291970	Macarani (BA)	933.807	1.368.188	46,5	3.127	2.244	-28,2	7.668	8.647	12,8	193.247	287.211	48,6
291980	Macaúbas (BA)	1.728.937	3.189.798	84,5	2.693	3.852	43,0	18.650	24.719	32,5	437.462	818.753	87,2
291990	Macururé (BA)	269.514	579.588	115,0	617	633	2,6	3.539	5.026	42,0	87.404	158.597	81,5
291995	Maetinga (BA)	492.393	835.804	69,7	297	436	46,8	5.566	8.557	53,7	104.877	229.163	118,5
292000	Maiquinique (BA)	441.390	717.801	62,6	2.584	1.066	-58,7	4.399	4.478	1,8	113.185	146.007	29,0
292010	Mairi (BA)	1.273.970	1.515.614	19,0	2.614	2.395	-8,4	10.755	11.577	7,6	259.733	357.638	37,7
292020	Malhada (BA)	679.362	939.182	38,2	2.020	1.231	-39,1	8.274	8.722	5,4	161.302	291.978	81,0
292030	Malhada de Pedras (BA)	505.527	632.371	25,1	399	648	62,4	3.992	5.155	29,1	82.267	151.527	84,2
292040	Manoel Vitorino (BA)	733.778	1.119.168	52,5	1.951	1.238	-36,5	8.883	9.788	10,2	181.233	273.781	51,1
292045	Mansidão (BA)	408.822	518.941	26,9	586	771	31,6	4.963	6.063	22,2	124.252	222.415	79,0
292050	Maracás (BA)	1.685.720	2.328.384	38,1	3.778	3.280	-13,2	14.716	19.924	35,4	340.244	689.266	102,6
292070	Maraú (BA)	1.035.413	1.751.749	69,2	2.133	1.636	-23,3	8.762	10.643	21,5	179.477	313.012	74,4
292080	Marcionílio Souza (BA)	632.368	881.611	39,4	1.854	1.035	-44,2	7.195	5.878	-18,3	148.178	195.150	31,7
292090	Mascote (BA)	1.030.087	1.174.306	14,0	4.043	1.885	-53,4	10.014	9.100	-9,1	219.374	299.244	36,4
292100	Mata de São João (BA)	2.787.846	4.172.286	49,7	17.138	9.807	-42,8	16.679	20.660	23,9	525.192	859.127	63,6
292105	Matina (BA)	351.051	491.616	40,0	314	546	73,9	4.818	6.019	24,9	103.093	182.954	77,5
292110	Medeiros Neto (BA)	2.464.085	2.994.560	21,5	9.360	4.879	-47,9	13.046	12.914	-1,0	351.132	476.885	35,8
292120	Miguel Calmon (BA)	1.678.780	2.495.411	48,6	4.340	3.640	-16,1	13.377	16.845	25,9	351.838	595.363	69,2
292130	Milagres (BA)	654.672	1.213.337	85,3	1.894	1.813	-4,3	4.948	7.260	46,7	129.702	258.741	99,5
292140	Mirangaba (BA)	657.683	890.172	35,3	3.220	1.317	-59,1	7.450	8.245	10,7	154.640	254.846	64,8
292145	Mirante (BA)	543.504	774.042	42,4	226	390	72,6	4.333	8.798	103,0	81.581	205.024	151,3

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 9 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
292160	Morpará (BA)	389.300	687.158	76,5	903	1.090	20,7	3.728	4.985	33,7	85.866	164.763	91,9
292170	Morro do Chapéu (BA)	2.190.901	3.683.959	68,1	6.217	4.868	-21,7	16.536	19.690	19,1	410.781	688.453	67,6
292180	Mortugaba (BA)	713.241	1.102.325	54,6	1.089	1.324	21,6	7.007	7.665	9,4	161.683	248.412	53,6
292190	Mucugê (BA)	713.253	1.095.107	53,5	1.923	1.280	-33,4	5.644	8.299	47,0	132.305	248.044	87,5
292200	Mucuri (BA)	1.864.651	4.957.152	165,8	5.680	8.808	55,1	9.473	16.730	76,6	219.093	684.570	212,5
292205	Mulungu do Morro (BA)	706.425	786.037	11,3	725	929	28,1	7.325	8.570	17,0	151.090	263.085	74,1
292210	Mundo Novo (BA)	1.793.234	1.843.093	2,8	3.910	2.803	-28,3	17.002	12.022	-29,3	394.127	401.965	2,0
292220	Muniz Ferreira (BA)	363.172	615.528	69,5	1.072	1.055	-1,6	3.370	4.397	30,5	88.468	160.982	82,0
292240	Mutuípe (BA)	1.223.723	3.494.500	185,6	3.125	3.296	5,5	10.829	12.473	15,2	267.207	417.830	56,4
292260	Nilo Peçanha (BA)	726.339	811.485	11,7	1.352	1.420	5,0	6.305	6.429	2,0	128.943	205.132	59,1
292265	Nordestina (BA)	371.296	695.256	87,3	1.461	603	-58,7	4.590	6.668	45,3	87.727	185.608	111,6
292270	Nova Canaã (BA)	1.267.215	1.256.478	-0,8	1.426	1.525	6,9	10.712	9.307	-13,1	197.404	286.414	45,1
292273	Nova Fátima (BA)	1.242.955	839.134	-32,5	953	1.045	9,7	6.175	4.729	-23,4	132.336	162.855	23,1
292275	Nova Ibiá (BA)	621.403	572.348	-7,9	632	560	-11,4	5.488	4.300	-21,6	114.833	142.799	24,4
292280	Nova Itarana (BA)	311.096	480.029	54,3	895	850	-5,0	3.296	3.650	10,7	64.558	108.852	68,6
292285	Nova Redenção (BA)	514.765	645.886	25,5	842	792	-5,9	4.880	4.861	-0,4	114.940	147.225	28,1
292290	Nova Soure (BA)	1.551.995	1.779.125	14,6	6.308	3.317	-47,4	12.997	13.963	7,4	302.944	449.002	48,2
292300	Nova Viçosa (BA)	2.708.119	4.033.236	48,9	9.711	9.516	-2,0	13.629	18.664	36,9	346.781	678.088	95,5
292303	Novo Horizonte (BA)	726.017	837.447	15,3	676	1.364	101,8	5.506	5.071	-7,9	124.637	149.931	20,3
292310	Olindina (BA)	1.146.071	2.058.804	79,6	3.266	3.384	3,6	11.253	13.984	24,3	259.813	461.281	77,5
292320	Oliveira dos Brejinhos (BA)	911.736	1.476.160	61,9	1.783	2.163	21,3	10.740	12.211	13,7	247.769	404.995	63,5
292330	Ouriçangas (BA)	423.636	539.166	27,3	693	602	-13,1	3.429	4.232	23,4	82.146	142.814	73,9
292335	Ourolândia (BA)	652.003	1.036.991	59,0	1.882	1.677	-10,9	6.076	9.039	48,8	123.134	250.202	103,2
292340	Palmas de Monte Alto (BA)	1.319.538	2.143.960	62,5	1.781	1.690	-5,1	10.837	11.936	10,1	235.659	381.998	62,1
292350	Palmeiras (BA)	556.148	850.060	52,8	1.395	1.326	-4,9	3.702	4.316	16,6	98.742	162.070	64,1
292360	Paramirim (BA)	964.910	1.689.267	75,1	2.519	2.750	9,2	10.383	11.733	13,0	313.195	412.923	31,8
292370	Paratinga (BA)	949.830	1.359.316	43,1	1.872	3.185	70,1	11.700	15.113	29,2	276.946	507.650	83,3

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 10de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
292380	Paripiranga (BA)	2.442.374	2.497.959	2,3	3.424	3.163	-7,6	14.275	15.389	7,8	322.603	450.737	39,7
292390	Pau Brasil (BA)	1.063.446	1.215.421	14,3	2.774	1.390	-49,9	8.263	7.615	-7,8	185.994	248.214	33,5
292405	Pé de Serra (BA)	741.077	914.425	23,4	764	981	28,4	9.289	7.876	-15,2	205.178	256.307	24,9
292410	Pedrao (BA)	388.545	420.450	8,2	1.225	660	-46,1	3.459	3.783	9,4	88.382	139.323	57,6
292420	Pedro Alexandre (BA)	693.427	882.404	27,3	796	711	-10,7	7.648	9.625	25,8	132.831	261.288	96,7
292430	Piatã (BA)	842.717	1.392.532	65,2	922	1.719	86,4	9.545	11.104	16,3	204.978	354.444	72,9
292440	Pilão Arcado (BA)	965.499	1.424.469	47,5	1.981	1.464	-26,1	15.426	16.773	8,7	304.927	456.486	49,7
292450	Pindaí (BA)	905.824	1.238.590	36,7	1.239	1.215	-1,9	8.865	9.452	6,6	197.922	302.402	52,8
292460	Pindobaçu (BA)	1.157.382	1.633.834	41,2	2.401	3.002	25,0	12.731	12.785	0,4	281.985	413.052	46,5
292465	Pintadas (BA)	641.052	907.487	41,6	802	894	11,5	5.581	6.512	16,7	123.553	211.270	71,0
292467	Pirai do Norte (BA)	796.509	634.049	-20,4	672	532	-20,8	6.907	5.904	-14,5	138.273	193.957	40,3
292470	Piripá (BA)	664.645	1.196.052	80,0	749	1.122	49,8	5.614	9.445	68,2	121.803	316.257	159,6
292480	Piritiba (BA)	1.349.263	1.702.669	26,2	2.874	2.820	-1,9	12.635	11.024	-12,8	303.465	375.881	23,9
292490	Planaltino (BA)	530.032	588.625	11,1	801	572	-28,6	5.574	4.669	-16,2	110.052	127.354	15,7
292500	Planalto (BA)	1.031.806	1.989.664	92,8	3.741	2.878	-23,1	9.918	13.157	32,7	249.426	409.032	64,0
292510	Poçoões (BA)	2.689.997	4.604.784	71,2	8.211	7.329	-10,7	20.467	26.363	28,8	510.347	845.981	65,8
292525	Ponto Novo (BA)	635.499	1.027.611	61,7	1.202	1.141	-5,1	8.925	9.909	11,0	184.370	322.776	75,1
292530	Porto Seguro (BA)	3.944.422	18.453.094	367,8	25.150	37.618	49,6	19.561	59.401	203,7	620.697	2.347.636	278,2
292540	Potiraguá (BA)	631.755	973.440	54,1	2.370	1.483	-37,4	5.336	8.444	58,2	134.150	282.087	110,3
292550	Prado (BA)	1.524.265	4.131.833	171,1	7.520	6.610	-12,1	11.643	15.274	31,2	309.259	544.813	76,2
292560	Presidente Dutra (BA)	773.212	1.254.922	62,3	2.823	2.067	-26,8	6.692	8.692	29,9	218.462	319.444	46,2
292570	Presidente Jânio Quadros (BA)	722.211	1.176.957	63,0	430	715	66,3	7.641	10.408	36,2	138.380	255.150	84,4
292575	Presidente Tancredo Neves (BA)	829.256	1.596.755	92,6	1.063	1.394	31,1	8.918	11.030	23,7	169.755	368.039	116,8
292580	Queimadas (BA)	1.203.961	1.986.269	65,0	3.812	2.529	-33,7	12.829	14.084	9,8	298.429	473.644	58,7
292590	Quijingue (BA)	925.737	1.453.054	57,0	971	1.875	93,1	12.265	14.998	22,3	243.490	430.325	76,7
292593	Quixabeira (BA)	726.989	636.778	-12,4	528	822	55,7	7.401	5.608	-24,2	154.296	184.405	19,5
292595	Rafael Jambeiro (BA)	1.264.032	1.303.568	3,1	2.318	1.370	-40,9	11.198	13.013	16,2	243.097	373.314	53,6

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 11 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
292600	Remanso (BA)	2.119.589	3.514.028	65,8	6.183	5.622	-9,1	18.624	22.327	19,9	485.129	762.604	57,2
292610	Retirolândia (BA)	594.493	1.141.486	92,0	1.277	1.398	9,5	6.035	6.866	13,8	155.837	258.145	65,7
292620	Riachão das Neves (BA)	1.090.158	1.240.064	13,8	2.591	2.457	-5,2	9.779	12.475	27,6	235.856	403.894	71,2
292630	Riachão do Jacuípe (BA)	2.867.386	3.288.567	14,7	5.939	4.972	-16,3	21.501	19.700	-8,4	600.855	728.351	21,2
292640	Riacho de Santana (BA)	1.395.388	2.012.744	44,2	2.794	2.926	4,7	14.826	17.023	14,8	369.495	602.056	62,9
292650	Ribeira do Amparo (BA)	603.689	898.690	48,9	750	1.261	68,1	7.085	7.638	7,8	131.716	209.305	58,9
292660	Ribeira do Pombal (BA)	3.676.178	5.024.459	36,7	8.578	8.101	-5,6	23.039	27.145	17,8	578.998	929.565	60,5
292665	Ribeirão do Largo (BA)	643.012	1.158.590	80,2	651	745	14,4	5.705	9.340	63,7	106.944	257.010	140,3
292670	Rio de Contas (BA)	907.386	1.362.564	50,2	2.091	2.176	4,1	7.778	8.602	10,6	210.433	291.948	38,7
292680	Rio do Antônio (BA)	719.255	1.018.296	41,6	1.155	1.403	21,5	7.210	8.949	24,1	163.510	265.467	62,4
292690	Rio do Pires (BA)	780.393	1.212.169	55,3	953	1.442	51,3	6.358	7.333	15,3	142.144	230.906	62,4
292710	Rodelas (BA)	620.158	775.238	25,0	1.967	1.394	-29,1	2.465	3.779	53,3	87.195	153.000	75,5
292720	Ruy Barbosa (BA)	2.707.986	2.492.753	-7,9	5.161	4.577	-11,3	15.747	16.846	7,0	416.105	624.355	50,0
292730	Salinas da Margarida (BA)	568.224	854.546	50,4	4.423	3.053	-31,0	4.526	6.226	37,6	134.876	257.927	91,2
292750	Santa Bárbara (BA)	1.038.778	1.363.625	31,3	2.194	2.098	-4,4	8.833	10.753	21,7	216.298	388.043	79,4
292760	Santa Brígida (BA)	686.827	880.815	28,2	1.105	1.205	9,0	6.622	9.416	42,2	128.899	285.288	121,3
292770	Santa Cruz Cabralia (BA)	622.459	3.929.337	531,3	3.135	5.986	90,9	3.607	14.485	301,6	104.833	518.486	394,6
292780	Santa Cruz da Vitória (BA)	375.429	563.475	50,1	1.444	763	-47,2	3.363	4.363	29,7	88.109	146.537	66,3
292790	Santa Inês (BA)	556.157	1.110.419	99,7	1.962	1.965	0,2	5.000	6.345	26,9	123.952	233.073	88,0
292805	Santa Luzia (BA)	1.019.122	1.088.466	6,8	2.635	1.404	-46,7	8.279	8.706	5,2	189.689	253.357	33,6
292810	Santa Maria da Vitória (BA)	3.242.091	3.978.386	22,7	15.477	10.150	-34,4	21.614	24.288	12,4	577.464	900.959	56,0
292840	Santa Rita de Cássia (BA)	1.110.640	1.794.742	61,6	2.924	2.761	-5,6	11.871	13.677	15,2	320.185	479.102	49,6
292850	Santa Teresinha (BA)	513.969	636.373	23,8	820	829	1,1	4.448	4.875	9,6	95.628	148.943	55,8
292800	Santaluz (BA)	2.218.208	3.594.495	62,0	14.143	4.736	-66,5	16.168	18.665	15,4	423.735	657.520	55,2
292820	Santana (BA)	2.001.889	2.365.139	18,1	4.501	3.988	-11,4	13.217	14.438	9,2	370.828	517.797	39,6
292830	Santanópolis (BA)	441.496	581.223	31,6	577	587	1,7	4.716	5.045	7,0	113.420	172.038	51,7
292890	São Desidério (BA)	1.253.431	1.565.524	24,9	2.028	1.790	-11,7	9.430	10.814	14,7	210.789	354.911	68,4

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 12 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
292895	São Domingos (BA)	668.631	763.248	14,2	1.296	1.070	-17,4	5.841	5.526	-5,4	140.690	199.486	41,8
292905	São Félix do Coribe (BA)	824.468	1.202.608	45,9	2.996	2.066	-31,0	6.266	7.070	12,8	162.467	272.982	68,0
292925	São Gabriel (BA)	732.886	1.949.831	166,0	2.651	1.913	-27,8	9.146	10.989	20,2	237.763	375.081	57,8
292937	São José do Jacuípe (BA)	832.464	656.743	-21,1	695	955	37,4	7.522	5.518	-26,6	148.125	170.311	15,0
292940	São Miguel das Matas (BA)	653.725	993.483	52,0	1.096	1.430	30,5	5.005	5.988	19,6	108.285	180.222	66,4
292950	São Sebastião do Passé (BA)	4.056.642	5.013.382	23,6	41.443	9.483	-77,1	20.697	25.706	24,2	646.717	1.042.199	61,2
292970	Sátiro Dias (BA)	657.550	870.485	32,4	1.029	1.146	11,4	7.031	9.784	39,2	143.411	281.198	96,1
292975	Saubara (BA)	570.900	1.127.652	97,5	2.210	4.076	84,4	4.440	6.518	46,8	124.009	248.173	100,1
292980	Saúde (BA)	581.181	916.513	57,7	1.611	1.536	-4,7	5.998	6.901	15,1	153.838	234.607	52,5
292990	Seabra (BA)	2.656.566	4.366.381	64,4	5.675	5.948	4,8	21.066	23.104	9,7	552.708	836.520	51,3
293000	Sebastião Laranjeiras (BA)	793.103	806.693	1,7	740	1.023	38,2	4.811	5.374	11,7	107.767	184.466	71,2
293020	Sento Sé (BA)	2.154.289	2.330.051	8,2	5.460	3.557	-34,9	14.302	18.640	30,3	327.384	621.664	89,9
293015	Serra do Ramalho (BA)	1.246.635	1.971.648	58,2	6.420	3.830	-40,3	16.254	17.984	10,6	353.503	619.873	75,4
293030	Serra Dourada (BA)	761.998	1.365.897	79,3	1.899	1.745	-8,1	9.039	10.816	19,7	213.197	398.951	87,1
293040	Serra Preta (BA)	868.499	1.277.867	47,1	1.559	1.724	10,6	8.778	10.191	16,1	194.822	324.045	66,3
293060	Serrolândia (BA)	659.346	1.071.855	62,6	2.118	1.765	-16,7	6.175	7.623	23,4	150.899	250.717	66,1
293075	Sítio do Mato (BA)	411.811	610.046	48,1	1.545	996	-35,5	4.099	6.343	54,7	96.091	203.253	111,5
293076	Sítio do Quinto (BA)	1.041.602	1.710.253	64,2	922	1.110	20,4	6.584	10.110	53,6	123.646	271.360	119,5
293077	Sobradinho (BA)	2.611.765	2.889.964	10,7	4.028	5.734	42,4	11.612	13.457	15,9	390.934	619.075	58,4
293080	Souto Soares (BA)	760.673	1.127.527	48,2	1.062	1.216	14,5	9.589	8.456	-11,8	217.999	263.494	20,9
293090	Tabocas do Brejo Velho (BA)	467.198	845.599	81,0	787	846	7,5	5.930	7.232	22,0	129.900	232.347	78,9
293100	Tanhaçu (BA)	1.199.305	2.382.630	98,7	2.707	2.221	-18,0	9.825	12.241	24,6	215.415	385.237	78,8
293105	Tanque Novo (BA)	753.456	1.133.619	50,5	914	1.405	53,7	7.065	9.503	34,5	149.121	271.716	82,2
293110	Tanquinho (BA)	667.480	812.767	21,8	1.510	1.311	-13,2	6.236	4.712	-24,4	159.970	188.744	18,0
293120	Taperoá (BA)	830.993	1.232.099	48,3	2.506	1.964	-21,6	8.771	9.031	3,0	204.393	307.702	50,5
293130	Tapiramutá (BA)	696.598	1.401.391	101,2	3.584	1.496	-58,3	6.982	9.426	35,0	149.555	300.531	101,0
293140	Teodoro Sampaio (BA)	779.889	761.981	-2,3	26.795	1.600	-94,0	5.084	5.335	4,9	154.628	199.669	29,1

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 1991 e 2000 – 12 de 12

PRODUTO, CAPITAL, TRABALHO E CAPITAL HUMANO

Código	Município	Renda Total (Produto)		Variação (00/91)	Consumo de Energia Elétrica (Capital)		Variação (00/91)	População entre 15 e 65 anos (PEA)		Variação (00/91)	Capital Humano		Variação (00/91)
		1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
293150	Teofilândia (BA)	1.393.206	1.757.152	26,1	3.230	2.371	-26,6	11.047	11.633	5,3	265.493	367.705	38,5
293160	Teolândia (BA)	835.622	761.612	-8,9	1.172	834	-28,8	6.172	6.913	12,0	124.999	221.187	77,0
293180	Tremedal (BA)	1.282.208	1.669.500	30,2	959	1.014	5,7	12.948	12.648	-2,3	222.217	365.363	64,4
293190	Tucano (BA)	2.941.130	3.788.493	28,8	6.411	6.236	-2,7	24.716	29.840	20,7	570.736	945.147	65,6
293200	Uauá (BA)	1.243.197	2.181.333	75,5	2.444	3.174	29,9	12.737	15.471	21,5	325.220	567.247	74,4
293210	Ubaíra (BA)	1.043.363	1.797.120	72,2	3.089	2.476	-19,8	10.655	12.079	13,4	243.930	412.227	69,0
293230	Ubatã (BA)	2.297.848	2.356.032	2,5	5.896	3.951	-33,0	13.334	12.929	-3,0	391.512	476.821	21,8
293240	Uibaí (BA)	791.362	1.304.766	64,9	2.713	1.947	-28,2	7.681	8.475	10,3	195.474	310.699	58,9
293245	Umburanas (BA)	390.398	965.479	147,3	793	929	17,2	6.053	8.403	38,8	112.580	238.136	111,5
293250	Una (BA)	1.476.973	2.629.675	78,0	11.727	2.903	-75,2	12.181	18.677	53,3	285.673	585.040	104,8
293260	Urandi (BA)	1.506.188	1.643.771	9,1	1.236	1.642	32,8	8.317	9.653	16,1	181.542	332.617	83,2
293270	Uruçuca (BA)	1.427.038	1.708.555	19,7	7.221	3.314	-54,1	15.060	12.264	-18,6	405.711	438.398	8,1
293280	Utinga (BA)	1.212.454	1.349.600	11,3	3.942	2.409	-38,9	9.530	9.511	-0,2	226.895	302.423	33,3
293300	Valente (BA)	1.252.683	2.076.658	65,8	3.701	3.089	-16,5	9.669	12.184	26,0	273.026	470.463	72,3
293305	Várzea da Roça (BA)	610.270	912.729	49,6	1.068	1.498	40,3	6.872	7.932	15,4	149.031	239.411	60,6
293310	Várzea do Poço (BA)	512.090	683.339	33,4	1.885	1.304	-30,8	5.339	4.579	-14,2	142.224	156.154	9,8
293315	Várzea Nova (BA)	823.083	1.111.372	35,0	1.583	1.294	-18,3	9.273	8.286	-10,6	206.196	276.834	34,3
293317	Varzedo (BA)	543.367	674.586	24,1	901	917	1,8	4.639	5.368	15,7	101.669	160.592	58,0
293320	Vera Cruz (BA)	2.266.062	4.121.863	81,9	34.603	20.606	-40,5	12.490	18.833	50,8	394.428	759.351	92,5
293325	Vereda (BA)	705.276	655.600	-7,0	384	712	85,4	4.885	4.327	-11,4	108.397	130.743	20,6
293340	Wagner (BA)	475.759	888.265	86,7	1.232	1.287	4,5	4.058	5.090	25,4	110.123	176.235	60,0
293345	Wanderley (BA)	846.585	1.241.240	46,6	1.351	1.130	-16,4	6.888	8.170	18,6	154.535	263.298	70,4
293350	Wenceslau Guimarães (BA)	950.109	1.615.723	70,1	2.432	1.516	-37,7	8.663	13.858	60,0	178.249	436.240	144,7
293360	Xique-Xique (BA)	2.512.816	3.278.277	30,5	9.699	6.750	-30,4	20.541	25.031	21,9	555.394	918.158	65,3

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud); Ipea; Sei/Seplan

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Consolidado 2000 1 - de 7

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
290010	Abaíra (BA)	472081	1966	388	20
290020	Abaré (BA)	605716	3634	429	50
290030	Acajutiba (BA)	499920	3870	536	4
290035	Adustina (BA)	868651	3757	272	17
290040	Água Fria (BA)	367674	4292	282	12
290060	Aiquara (BA)	268474	1632	168	5
290090	Almadina (BA)	392583	2140	230	8
290100	Amargosa (BA)	2205696	7197	1203	271
290110	Amélia Rodrigues (BA)	1749552	6010	1413	144
290130	Andaraí (BA)	540085	3849	352	10
290135	Andorinha (BA)	508837	3503	465	70
290150	Anguera (BA)	313188	2324	302	10
290160	Antas (BA)	1024798	3354	305	27
290170	Antônio Cardoso (BA)	424597	3591	296	10
290180	Antônio Gonçalves (BA)	393531	2755	485	25
290190	Aporá (BA)	625560	4116	344	12
290195	Apuarema (BA)	347051	2545	158	5
290205	Araçás (BA)	376909	3386	306	2
290200	Aracatu (BA)	457371	4763	216	16
290220	Aramari (BA)	427633	2053	346	4
290225	Arataca (BA)	565628	3270	262	5
290230	Aratuípe (BA)	403981	2386	210	20
290240	Aurelino Leal (BA)	673915	5253	384	48
290250	Baianópolis (BA)	304103	3450	270	2
290260	Baixa Grande (BA)	637222	6210	508	21
290265	Banzaê (BA)	510472	3384	288	1
290270	Barra (BA)	855658	11474	981	53
290280	Barra da Estiva (BA)	1449808	5691	611	17
290290	Barra do Choça (BA)	2236349	11869	576	51
290300	Barra do Mendes (BA)	716657	3452	624	29
290310	Barra do Rocha (BA)	434415	2324	230	22
290323	Barro Alto (BA)	556300	3036	413	2
290330	Barro Preto (BA)	449686	2246	287	6
290340	Belmonte (BA)	1557403	4654	722	29
290350	Belo Campo (BA)	927136	4261	398	45
290360	Biritinga (BA)	620417	3977	353	15
290370	Boa Nova (BA)	411054	5111	317	1
290380	Boa Vista do Tupim (BA)	551509	5974	389	93
290390	Bom Jesus da Lapa (BA)	3974844	14995	2554	175
290395	Bom Jesus da Serra (BA)	200026	3041	154	1
290400	Boninal (BA)	415053	3453	322	30
290405	Bonito (BA)	592736	3325	228	1
290410	Boquira (BA)	656762	5721	825	40
290420	Botuporã (BA)	218005	3111	227	14

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
290430	Brejões (BA)	1041775	4030	401	9
290440	Brejolândia (BA)	272868	2288	327	1
290450	Brotas de Macaúbas (BA)	224723	3357	366	2
290475	Buritirama (BA)	161246	5683	402	38
290480	Caatiba (BA)	798879	4035	313	22
290485	Cabaceiras do Paraguaçu (BA)	307380	4414	428	26
290490	Cachoeira (BA)	1841246	7214	1514	536
290500	Caçalé (BA)	1510835	4615	660	156
290510	Caém (BA)	433790	3158	301	24
290515	Caetanos (BA)	289853	3168	115	8
290520	Caetitê (BA)	2599129	11452	1360	544
290530	Cafarnaum (BA)	753177	4558	420	1
290540	Cairu (BA)	626764	2569	238	61
290550	Caldeirão Grande (BA)	306892	3584	267	14
290560	Camacan (BA)	1968589	8391	846	183
290580	Camamu (BA)	1650536	9392	750	46
290590	Campo Alegre de Lourdes (BA)	845003	7402	384	14
290620	Canarana (BA)	937898	5529	516	15
290630	Canavieiras (BA)	2777616	8148	938	79
290640	Candeal (BA)	387357	2338	385	25
290660	Candiba (BA)	482248	2857	445	50
290670	Cândido Sales (BA)	1901431	7354	848	52
290682	Canudos (BA)	596024	3586	287	6
290685	Capela do Alto Alegre (BA)	724509	2924	410	22
290687	Capim Grosso (BA)	1541624	6155	642	22
290690	Caravelas (BA)	2401231	5342	750	52
290700	Cardeal da Silva (BA)	301165	2312	220	1
290710	Carinhanha (BA)	978918	8505	742	22
290720	Casa Nova (BA)	2688474	13673	1266	102
290730	Castro Alves (BA)	970121	6767	825	34
290740	Catolândia (BA)	123091	857	111	4
290750	Catu (BA)	3539978	12324	2966	508
290760	Central (BA)	675273	4072	735	54
290770	Chorrochó (BA)	235980	2675	287	45
290790	Cipó (BA)	998161	3397	350	36
290810	Cocos (BA)	595076	3892	484	12
290830	Conceição do Almeida (BA)	1014972	4584	793	16
290860	Conde (BA)	813702	4629	596	38
290870	Condeúba (BA)	943115	4188	331	42
290880	Contendas do Sincorá (BA)	233254	1047	106	4
290890	Coração de Maria (BA)	1495361	6564	907	57
290900	Cordeiros (BA)	378254	2097	188	31

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
290920	Coronel João Sá (BA)	532317	4658	331	15
290930	Correntina (BA)	1416805	9027	1013	27
290940	Cotegipe (BA)	692535	3758	480	12
290950	Cravolândia (BA)	246128	1586	175	5
290960	Crisópolis (BA)	1001656	4442	232	1
290970	Cristópolis (BA)	494866	3945	416	47
290990	Curaçá (BA)	1292803	8024	707	88
291000	Dário Meira (BA)	581009	4016	368	11
291010	Dom Basílio (BA)	506742	2402	284	3
291020	Dom Macedo Costa (BA)	169352	933	143	22
291030	Elísio Medrado (BA)	451715	1953	223	3
291050	Entre Rios (BA)	2879162	9610	1144	61
291060	Esplanada (BA)	1266208	7415	735	18
291070	Euclides da Cunha (BA)	2194551	15358	1042	160
291075	Fátima (BA)	981593	4576	335	31
291077	Feira da Mata (BA)	247058	1720	265	1
291085	Filadélfia (BA)	435065	5440	438	111
291090	Firmino Alves (BA)	319693	1272	192	12
291100	Floresta Azul (BA)	682120	3140	305	47
291110	Formosa do Rio Preto (BA)	1087498	5369	483	14
291125	Gavião (BA)	204443	1303	156	2
291130	Gentio do Ouro (BA)	188892	2452	212	5
291140	Glória (BA)	413406	3753	442	71
291150	Gongogi (BA)	379855	2871	237	3
291165	Guajeru (BA)	577206	3028	173	1
291185	Heliópolis (BA)	699737	3362	281	5
291190	Iaçú (BA)	1332914	7995	1005	112
291200	Ibiassucê (BA)	819524	2672	372	67
291220	Ibicoara (BA)	1239297	3239	259	14
291230	Ibicuí (BA)	1196519	3582	323	17
291240	Ibipeba (BA)	659977	3735	562	2
291250	Ibipitanga (BA)	552779	3178	181	2
291260	Ibiquera (BA)	175317	1289	113	3
291270	Ibirapitanga (BA)	972916	7053	475	34
291280	Ibirapuã (BA)	557025	1671	228	2
291300	Ibitiara (BA)	458421	3628	368	22
291310	Ibititá (BA)	976098	4460	498	11
291320	Ibotirama (BA)	1702976	6679	1152	211
291330	Ichu (BA)	310281	1448	338	25
291340	Igaporã (BA)	926419	3527	453	94
291345	Igrapiúna (BA)	541310	3958	195	32
291350	Iguaí (BA)	1445387	6161	503	27

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
291370	Inhambupe (BA)	1241817	7936	780	43
291380	Ipecaetá (BA)	794854	5396	305	23
291410	Ipupiara (BA)	328970	1876	344	7
291420	Irajuba (BA)	270247	1547	171	17
291430	Iramaia (BA)	673848	4695	455	2
291440	Iraquara (BA)	488765	5137	505	48
291465	Itabela (BA)	1849992	7080	922	78
291490	Itacaré (BA)	1085539	4773	444	15
291500	Itaeté (BA)	360976	3918	314	1
291510	Itagi (BA)	840419	4387	372	23
291520	Itagibá (BA)	905823	4671	521	106
291530	Itagimirim (BA)	671278	1884	311	12
291535	Itaguaçu da Bahia (BA)	342814	2878	206	5
291540	Itaju do Colônia (BA)	563810	2210	228	16
291550	Itajuípe (BA)	1341611	5630	660	60
291570	Itamari (BA)	553728	2272	277	6
291580	Itambé (BA)	1728583	7842	735	45
291590	Itanagra (BA)	282379	1770	136	4
291600	Itanhém (BA)	1641349	5411	774	98
291630	Itapebi (BA)	611118	3022	208	4
291640	Itapetinga (BA)	6412089	13698	2455	778
291650	Itapicuru (BA)	1157406	6262	297	9
291660	Itapitanga (BA)	536325	2541	319	66
291670	Itaquara (BA)	440125	2221	159	17
291680	Itarantim (BA)	1065630	4125	558	38
291685	Itatim (BA)	772992	3189	391	2
291690	Itiruçu (BA)	943526	3611	338	47
291700	Itiúba (BA)	1042108	9824	830	41
291710	Itororó (BA)	1406646	5312	700	72
291720	Ituaçu (BA)	1146418	3715	355	8
291730	Ituberá (BA)	1632527	6214	657	37
291733	Iuiú (BA)	462514	3042	339	9
291735	Jaborandi (BA)	233135	3301	281	9
291740	Jacaraci (BA)	475435	3500	389	7
291760	Jaguaquara (BA)	3671227	11341	1328	208
291770	Jaguarari (BA)	1361575	6394	1261	221
291780	Jaguaripe (BA)	564987	3179	462	16
291810	Jeremoabo (BA)	1097794	9180	823	15
291820	Jiquiriça (BA)	781795	3716	421	23
291830	Jitaúna (BA)	830958	5031	631	40
291835	João Dourado (BA)	1093539	4761	673	96
291845	Jucuruçu (BA)	543613	3563	219	2

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
291850	Jussara (BA)	651261	4159	432	1
291855	Jussari (BA)	394866	2122	223	31
291860	Jussiape (BA)	546753	2138	279	21
291870	Lafaiete Coutinho (BA)	219182	1024	147	4
291875	Lagoa Real (BA)	303777	3491	232	39
291880	Laje (BA)	1307554	5201	655	101
291890	Lajedão (BA)	350440	768	134	3
291900	Lajedinho (BA)	131298	1191	72	8
291905	Lajedo do Tabocal (BA)	461852	2289	225	54
291910	Lamarão (BA)	435407	2374	184	6
291915	Lapão (BA)	1618914	5676	728	20
291930	Lençóis (BA)	612034	2350	334	32
291940	Licínio de Almeida (BA)	562023	2940	510	13
291950	Livramento do Brumado (BA)	2275623	8833	1364	234
291960	Macajuba (BA)	321395	3190	207	10
291970	Macarani (BA)	767827	3822	336	118
291980	Macaúbas (BA)	1139077	11125	1041	144
291990	Macururé (BA)	261858	2296	218	13
291995	Maetinga (BA)	460946	3231	173	4
292000	Maiquinique (BA)	507414	1707	217	5
292010	Mairi (BA)	915582	5469	271	2
292020	Malhada (BA)	514860	4702	442	96
292030	Malhada de Pedras (BA)	265280	2042	191	6
292040	Manoel Vitorino (BA)	593047	4336	207	17
292050	Maracás (BA)	1567235	9352	1109	150
292070	Maraú (BA)	1049823	4213	208	46
292080	Marcionílio Souza (BA)	463022	3242	329	2
292090	Mascote (BA)	659021	4498	423	2
292100	Mata de São João (BA)	2366521	8468	1417	114
292105	Matina (BA)	205987	2687	282	4
292110	Medeiros Neto (BA)	1861718	4857	746	157
292120	Miguel Calmon (BA)	1281643	7543	703	281
292130	Milagres (BA)	720722	2928	588	22
292140	Mirangaba (BA)	512561	4048	345	1
292145	Mirante (BA)	212397	2735	75	2
292160	Morpará (BA)	217486	2300	260	3
292170	Morro do Chapéu (BA)	1913080	8689	944	175
292180	Mortugaba (BA)	490865	3218	334	32
292190	Mucugê (BA)	546458	2922	386	2
292200	Mucuri (BA)	3648960	7632	1355	216
292205	Mulungu do Morro (BA)	293742	4206	291	1
292210	Mundo Novo (BA)	985318	5381	586	131

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
292220	Muniz Ferreira (BA)	389568	1745	333	10
292225	Muquém de São Francisco (BA)	297841	2764	131	3
292240	Mutuípe (BA)	2170783	5258	778	111
292260	Nilo Peçanha (BA)	476991	3350	251	7
292265	Nordestina (BA)	356736	3269	165	1
292270	Nova Canaã (BA)	814449	3763	328	5
292273	Nova Fátima (BA)	505830	1903	325	15
292275	Nova Ibiã (BA)	402647	1988	205	33
292280	Nova Itarana (BA)	278177	1610	147	2
292285	Nova Redenção (BA)	320747	2308	180	1
292290	Nova Soure (BA)	886004	6143	685	34
292300	Nova Viçosa (BA)	2741391	8343	1135	115
292303	Novo Horizonte (BA)	258939	1969	182	6
292310	Olindina (BA)	1467721	5865	835	64
292320	Oliveira dos Brejinhos (BA)	551198	6292	568	16
292330	Ouriçangas (BA)	297296	2365	202	4
292335	Ourolândia (BA)	570760	3839	249	15
292340	Palmas de Monte Alto (BA)	990938	5702	546	137
292350	Palmeiras (BA)	466513	1817	250	16
292360	Paramirim (BA)	718445	4099	709	56
292370	Paratinga (BA)	524152	9658	826	147
292380	Paripiranga (BA)	1748072	6185	570	35
292390	Pau Brasil (BA)	810686	3467	328	11
292405	Pé de Serra (BA)	465168	3938	473	21
292410	Pedrao (BA)	228935	1861	233	2
292420	Pedro Alexandre (BA)	422230	3880	233	14
292450	Pindaí (BA)	480201	3949	396	21
292460	Pindobaçu (BA)	640136	5074	640	36
292465	Pintadas (BA)	455921	2923	314	17
292467	Pirai do Norte (BA)	379795	2693	182	1
292470	Piripá (BA)	562503	4291	560	26
292480	Piritiba (BA)	1033520	4894	478	164
292490	Planaltino (BA)	320094	2094	99	20
292500	Planalto (BA)	1213496	5389	616	1
292510	Poções (BA)	2456652	10793	1382	124
292525	Ponto Novo (BA)	421629	5149	498	23
292530	Porto Seguro (BA)	13546416	22524	2804	169
292540	Potiraguá (BA)	733876	3902	359	18
292550	Prado (BA)	2683212	6642	1210	1
292560	Presidente Dutra (BA)	660591	3070	556	70
292575	Presidente Tancredo Neves (BA)	891149	6489	446	1
292580	Queimadas (BA)	988765	6947	824	8

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
292590	Quijingue (BA)	407000	6690	392	65
292593	Quixabeira (BA)	287696	2534	316	2
292600	Remanso (BA)	1753149	8877	1143	122
292610	Retirolândia (BA)	660007	2940	546	42
292620	Riachão das Neves (BA)	639377	6646	582	28
292630	Riachão do Jacuípe (BA)	2033650	7410	1343	129
292640	Riacho de Santana (BA)	867493	7793	1135	97
292660	Ribeira do Pombal (BA)	3105116	12589	1479	177
292665	Ribeirão do Largo (BA)	774402	3870	257	1
292670	Rio de Contas (BA)	661116	3040	379	31
292680	Rio do Antônio (BA)	381861	3591	228	98
292690	Rio do Pires (BA)	579659	2888	323	16
292710	Rodelas (BA)	357772	1447	312	42
292720	Ruy Barbosa (BA)	1172840	7304	1010	278
292730	Salinas da Margarida (BA)	481195	2853	613	88
292750	Santa Bárbara (BA)	791312	4196	796	107
292760	Santa Brígida (BA)	306347	5522	292	54
292770	Santa Cruz Cabrália (BA)	2821264	5827	553	2
292780	Santa Cruz da Vitória (BA)	394996	1736	198	6
292790	Santa Inês (BA)	684129	3041	425	22
292805	Santa Luzia (BA)	729925	3948	349	2
292810	Santa Maria da Vitória (BA)	1903658	12691	1444	58
292850	Santa Teresinha (BA)	359551	2386	179	1
292800	Santaluz (BA)	2264891	8673	1086	147
292820	Santana (BA)	1163412	6306	951	60
292830	Santanópolis (BA)	258354	2349	298	14
292890	São Desidério (BA)	817204	4977	500	97
292910	São Felipe (BA)	1064180	5251	699	6
292920	São Francisco do Conde (BA)	2081271	7355	1455	182
292925	São Gabriel (BA)	930459	4748	525	54
292930	São Gonçalo dos Campos (BA)	1907691	7283	1022	70
292937	São José do Jacuípe (BA)	404488	2441	272	3
292940	São Miguel das Matas (BA)	561318	2408	233	8
292950	São Sebastião do Passé (BA)	3179988	10828	2059	241
292960	Sapeaçu (BA)	782129	4707	688	55
292975	Saubara (BA)	726208	2366	529	18
292990	Seabra (BA)	2016831	9901	1382	116
293000	Sebastião Laranjeiras (BA)	511040	2654	293	105
293020	Sento Sé (BA)	1047125	9328	777	152
293040	Serra Preta (BA)	598170	4901	473	45
293060	Serrolândia (BA)	511060	3111	445	66
293075	Sítio do Mato (BA)	319176	3502	280	16

BAHIA - 2000

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

RENDA, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Código	Município	Renda total proveniente do trabalho, 2000	População de 7 a 14 anos que frequenta o fundamental, 2000	População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio, 2000	População de 18 anos ou mais no superior, 2000
293077	Sobradinho (BA)	1707391	5456	1498	258
293080	Souto Soares (BA)	587554	3967	373	43
293090	Tabocas do Brejo Velho (BA)	351431	3065	361	13
293100	Tanhaçu (BA)	1623524	5106	508	11
293105	Tanque Novo (BA)	355276	3693	366	1
293110	Tanquinho (BA)	464659	1776	362	19
293120	Taperoá (BA)	842386	4665	489	37
293130	Tapiramutá (BA)	1011944	4914	433	30
293140	Teodoro Sampaio (BA)	396764	2455	282	39
293150	Teofilândia (BA)	758738	5413	228	97
293160	Teolândia (BA)	452778	3894	189	10
293190	Tucano (BA)	2028359	13390	1234	29
293200	Uauá (BA)	1059473	7126	1020	71
293220	Ubaitaba (BA)	1587136	6771	741	101
293230	Ubatã (BA)	1368855	6148	748	84
293240	Uibaí (BA)	725841	3125	607	27
293245	Umburanas (BA)	533331	3863	237	3
293250	Una (BA)	1836302	8703	711	9
293260	Urandi (BA)	960455	4368	484	47
293270	Uruçuca (BA)	951665	4953	799	34
293280	Utinga (BA)	848089	4363	412	1
293300	Valente (BA)	1319716	4562	933	114
293305	Várzea da Roça (BA)	426336	3705	251	84
293310	Várzea do Poço (BA)	338321	1873	252	12
293315	Várzea Nova (BA)	654820	3860	445	68
293317	Varzedo (BA)	370955	1948	300	6
293320	Vera Cruz (BA)	2391093	6693	1119	72
293325	Vereda (BA)	348189	1878	152	1
293340	Wagner (BA)	571154	2298	356	9
293345	Wanderley (BA)	710238	3751	413	20
293350	Wenceslau Guimarães (BA)	946329	6066	562	138
293360	Xique-Xique (BA)	1748633	12882	1564	191

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud)